

Quinta-feira, 17 de Abril de 1986



# DIÁRIO da Assembleia da República

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE ABRIL DE 1986

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Fernando Monteiro do Amaral

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Daniel Abílio Ferreira Bastos

José Carlos Pinto B. Mota Torres

Rui de Sá e Cunha

José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta do expediente e da entrada de um projecto de lei e de um pedido de ratificação.

**Ordem do dia.** — Em debate sobre a situação do sector público da comunicação social, feito ao abrigo do artigo 75.º do Regimento e suscitado pelo PRD, interviveram, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares (Marques Mendes), os Srs. Deputados José Carlos Vasconcelos (PRD), que abriu o debate, Borges de Carvalho (Indep.), Raul Rêgo (PS), Jorge Lemos (PCP), João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE), António Paulouro e Sousa Pereira (PRD), Daniel Bastos (PSD), Costa Carvalho (PRD), José Manuel Mendes (PCP), Jorge Lacão (PS), Silva Marques (PSD), Alexandre Manuel (PRD), Margarida Borges de Carvalho (PSD), Raul Junqueiro (PS) e Narana Coissoró (CDS).

A encerrar o debate, interviveram os Srs. Deputados Magalhães Mota (PRD), José Manuel Mendes (PCP) e António Capucho (PSD), e o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 30 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.  
Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
Amândio Anes de Azevedo.  
Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.  
Amélia Cavaleiro Andrade Azevedo.  
António d'Orey Capucho.  
António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
António Paulo Pereira Coelho.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Arlindo da Silva André Moreira.

Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.

Aurora Margarida Borges de Carvalho.

Cândido Alberto Alencastre Pereira.

Carlos Miguel Maximiano Almeida Coelho.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Dinah Serrão Alhandra.

Domingos Duarte Lima.

Domingos Silva e Sousa.

Fernando Dias de Carvalho Conceição.

Fernando José Alves Figueiredo.

Fernando José Próspero Luís.

Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.

Fernando Monteiro do Amaral.

Francisco Jardim Ramos.

Francisco Mendes Costa.

Francisco Rodrigues Porto.

Guido Orlando de Freitas Rodrigues.

Henrique Luís Esteves Bairrão.

Henrique Rodrigues Mata.

João Álvaro Poças Santos.

João Domingos Abreu Salgado.

João Luís Malato Correia.

João José Pedreira de Matos.

João José Pimenta de Sousa.

João Maria Ferreira Teixeira.

Joaquim Carneiro de Barros Domingues.

Joaquim Eduardo Gomes.

Joaquim da Silva Martins.

José de Almeida Cesário.

José Ângelo Ferreira Correia.

José Assunção Marques.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Filipe de Atayde Carvalhosa.  
 José Francisco Amaral.  
 José Guilherme Coelho dos Reis.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 José Maria Peixoto Coutinho.  
 José Mendes Bota.  
 José Mendes Melo Alves.  
 José Pereira Lopes.  
 José de Vargas Bulcão.  
 Luís António Damásio Capoulas.  
 Luís António Martins.  
 Luís Jorge Cabral Tavares de Lima.  
 Luís Manuel Costa Geraldes.  
 Luís Manuel Neves Rodrigues.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel João Vaz Freixo.  
 Manuel José Marques Montargil.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Mário Jorge Belo Maciel.  
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.  
 Miguel Fernando Miranda Relvas.  
 Rui Alberto Limpo Salvada.  
 Rui Manuel de Oliveira Costa.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Virgílio de Oliveira Carneiro.  
 Vítor Pereira Crespo.

## Partido Socialista (PS):

Agostinho de Jesus Domingues.  
 Alberto Manuel Avelino.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Aloísio Fernando Macedo Fonseca.  
 Américo Albino Silva Salteiro.  
 António Cândido Miranda Mamede.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Frederico Vieira de Moura.  
 António Manuel Chambica Azevedo Gomes.  
 António Manuel Ferreira Vitorino.  
 António Magalhães Silva.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 Carlos Alberto Raposo Santana Maia.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Manuel Luís.  
 Carlos Manuel N. Costa Candal.  
 Carlos Manuel G. Pereira Pinto.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Helena Torres Marques.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Fernando Henriques Lopes.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Rosado Correia.  
 Jorge Lacão Costa.  
 José Augusto Fillol Guimarães.  
 José Barbosa Mota.  
 José Carlos Pinto B. Mota Torres.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José dos Santos Gonçalves Frazão.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Leonel de Sousa Fadigas.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Mário Nunes da Silva.

Raul da Assunção Pimenta Rego.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Raul Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
 Victor Hugo de Jesus Sequeira.  
 Victor Manuel Caio Roque.

## Partido Renovador Democrático (PRD):

Agostinho Correia de Sousa.  
 Alexandre Manuel da Fonseca Leite.  
 António Alves Marques Júnior.  
 António Eduardo A. de Sousa Pereira.  
 António Lopes Marques.  
 António Maria Paulouro.  
 Arménio Ramos de Carvalho.  
 Bárto de Paiva Campos.  
 Carlos Alberto da S. Narciso Martins.  
 Carlos Alberto Rodrigues Matias.  
 Carlos Artur T. Sá Furtado.  
 Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa.  
 Eurico Lemos Pires.  
 Fernando Dias de Carvalho.  
 Francisco Armando Fernandes.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.  
 João Barros Madeira.  
 Joaquim Carmelo Lobo.  
 Joaquim Jorge Magalhães Mota.  
 José Alberto Paiva Seabra Rosa.  
 José Caeiro Passinhas.  
 José Carlos Torres Matos de Vasconcelos.

José Carlos Pereira Lilaia.  
 José Emanuel Corujo Lopes.  
 José Fernando Pinho da Silva.  
 José Luís Corrêa de Azevedo.  
 José da Silva Lopes.  
 José Rodrigó da Costa Carvalho.  
 Maria Cristina Albuquerque.  
 Maria da Glória Padrão Carvalho.  
 Paulo Manuel Quintão Guedes de Campos.  
 Roberto de Sousa Rocha Amaral.  
 Rui José dos Santos Silva.  
 Rui de Sá e Cunha.  
 Tiago Gameiro Rodrigues Bastos.  
 Vasco Pinto da Silva Marques.  
 Vitorino da Silva Costa.  
 Victor Manuel Ávila da Silva.  
 Victor Manuel Lopes Vieira.

## Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António Dias Lourenço da Silva.  
 António da Silva Mota.  
 António Manuel da Silva Osório.  
 António Vidigal Amaro.  
 Belchior Alves Pereira.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Manafaias.  
 Cláudio José Santos Percheiro.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 José António Gonçalves do Amaral.  
 João Carlos Abrantes.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.

José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel dos Santos Magalhães.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Manuel Rogério de Sousa Brito.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Maria Margarida Tengarrinha.  
 Maria Odete dos Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Abel Augusto Gomes de Almeida.  
 Adriano José Alves Moreira.  
 Eugénio Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco António Oliveira Teixeira.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 Hernâni Torres Moutinho.  
 Horácio Alves Marçal.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Augusto Gama.  
 José Maria Andrade Pereira.  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Pedro José Del Negro Feist.

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE):**

João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 José Manuel do Carmo Tengarrinha.  
 Raul Fernando de Moraes e Castro.

**Deputados independentes:**

António Poppe Lopes Cardoso.  
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.  
 Maria Amélia do C. Mota Santos.  
 António José Borges de Carvalho.

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

**Expediente**

**Moção**

Do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local do Distrito de Santarém exigindo a imediata negociação da proposta reivindicativa apresentada ao Governo em 15 de Outubro de 1985.

**Abaixo-assinados**

Do Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais, com sede em Lisboa, e Assembleia de Freguesia de Queluz manifestando o seu apoio a qualquer iniciativa legislativa da Assembleia da República que preconize o abaixamento dos preços de venda ao público dos combustíveis e derivados do petróleo.

**Cartas**

De Herminio Mendes Godinho e outros pensionistas, residentes na freguesia de Montargil, enviando uma exposição solicitando a atenção desta Assembleia face à situação de miséria em que vivem;

De Raul Ramos Pereira e outros reformados, pensionistas e idosos do Centro de Convívio dos Reformados da Margem Sul — Moita, solidarizando-se e apoiando a luta dos Trabalhadores Vidreiros da Marinha Grande.

Do Infantário e Jardim-de-Infância Costa Verde, de Espinho, dando conta da situação aflitiva do patronato, devido a uma sentença de despejo, ficando 150 crianças das classes mais desfavorecidas sem infantário e 26 funcionárias no desemprego.

**Ofícios**

Da Direcção Regional do SATL de Lisboa remetendo um exemplar das moções que foram aprovadas por unanimidade, para discussão do comportamento do Governo, relativamente ao Projecto de Carreiras e PRC/86.

Da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, do concelho de Castelo de Paiva, dando conta da degradação da praia fluvial e pedindo a construção de uma piscina para atenuar a perda da referida praia.

**«Telex»**

Do Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte repudiando as medidas tomadas pelo Governo para tirar aos trabalhadores com salários em atraso os direitos da segurança social.

**O Sr. Secretário (Daniel Bastos):** — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: projecto de lei 178/IV, da iniciativa do Sr. Deputado Carlos Manuel Luis, do PS, versando sobre a elevação de Vilar Formoso à categoria de vila, e a ratificação n.º 69/IV, da Sr.ª Deputada Zita Seabra e outros, do PCP, ao Decreto-Lei n.º 57/86, de 20 de Março, que regulamenta as condições de exercício do direito de acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

**ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, entrando agora no período da ordem do dia, o qual, como sabem, é constituído pelo debate sobre a comunicação social, vou conceder a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos.

**O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao suscitar este debate — que a alta compreensão e o grande rigor no exercício do cargo de V. Ex.ª, Sr. Presidente, tornou possível —, ao suscitar este debate, dizia, nos termos do artigo 75.º do Regimento, o PRD tem consciência de, tanto ou mais que uma questão sectorial, estar a colocar a debate, perante esta Câmara e o País, um problema de enorme importância nacional e que tem a ver com a estrutura e os fundamentos do próprio regime democrático.

A liberdade (em termos «legais» e em termos «reais») e a qualidade da informação, em particular, e da comunicação social, em geral, são pressupostos fundamentais e factores dos mais marcantes da qualidade da democracia e, por isso, da qualidade da nossa vida.

Ao longo destes doze anos que levamos de liberdade reconquistada, a comunicação social tem sido, naturalmente, muitas vezes polémica — tem causado polémica ou estado no centro da própria polémica, sobretudo o sector público e, dentro dele, a televisão.

Órgãos de informação e jornalistas não estão isentos de erros, defeitos e culpas, por vezes mesmo graves, mas não estão sós neste campo (bem pelo contrário). E, amiúde, muitos governantes e políticos se habituaram a fazer deles o alibi para a sua própria incompetência ou o bode expiatório para as suas próprias (deles, governantes e políticos) responsabilidades.

Se nesta intervenção — com que nos honramos de iniciar o debate — não podemos esquecer o que aconteceu ao longo destes anos e de passar, em brevíssima revista, esse mesmo passado, fazêmo-lo apenas porque o impõe a situação presente. De certo modo, e em parte, ainda prolongamento de vários passados, e não para estar a julgar ou condenar quem quer que seja, embora não falte neste domínio, e em nosso juízo, quem, infelizmente, bem mereça condenação. Mas pensamos que nos devemos preocupar antes com o presente, virados para o futuro; apenas nesta óptica, e pelas lições que dele se podem extrair, nos importando agora o passado.

Quando se fala do passado mais ou menos recente, não se pode, porém, esquecer o mais longínquo, que tantas vezes ajuda a explicá-lo ou a compreendê-lo. Nesta matéria, aliás, esse passado mais longínquo é especialmente importante, grave e significativo. Assim, vale a pena recordar que a ditadura saída do golpe militar de 28 de Maio de 1926 de imediato instituiu a censura prévia à imprensa, no conjunto de uma vasta série de medidas tendentes a jugular todas as liberdades e a matar a democracia, não obstante, logo naquele fatídico ano, um decreto de Julho, o n.º 12 008, afastar, expressamente, a possibilidade de existência de censura.

Desde então, e até à manhã do dia 25 de Abril de 1974 — manhã em que ainda um qualquer velho e «distraído» coronel, de lápis azul em riste, ameaçava os jornais que não tinham mandado provas ao seu «visto» inquisitorial —, durante 48 anos, repito, 48 anos de regime ditatorial, nem um dia, nem uma hora, nem um minuto, deixou de se exercer essa brutal «censura prévia», forma mais primária e feroz de destruir a liberdade de imprensa, como vector essencial da liberdade de expressão, sem a qual nenhuma outra liberdade é possível e sem esquecer, como notam vários autores — e entre eles Maurice Duverger — que as liberdades são solidárias.

...Ao mesmo tempo, o regime fascista, não contente com a censura, foi proibindo, amordaçando e silenciando as vozes incômodas — com as pouquíssimas exceções que conseguiram resistir —, do mesmo passo que não permitia a criação de novos órgãos de informação, a não ser os de apaniguados ou tolerados. Enfim, em matéria de propriedade dos meios de informação, a fase final da ditadura conheceu um outro fenómeno, que teria não pequenas repercussões após o 25 de Abril: a compra de empresas jornalísticas por grandes grupos económicos, com as correspondentes distorções e dependências.

O 25 de Abril, também neste aspecto, foi inteiramente libertador e original: enquanto as revoluções, em geral, instituem a censura, ainda que temporária, o 25 de Abril, de imediato, acabou com ela. E se, quer no período escaldante da revolução — com os excessos e desvios conhecidos — quer em momentos posteriores, e já mais calmos, algumas vezes, com razão ou sem ela, se falou de várias formas de censura, é preciso que

fique perfeitamente claro que tais formas, ou alegadas formas de censura, não têm nada a ver com a situação verificada antes do 25 de Abril. E só quem não sabe o que foi a ditadura e censura pode ignorar e confundir as situações.

Foi, fundamentalmente, por força d'aquele facto — a maior parte das empresas do sector ser propriedade do grande poder económico, ou a ele hipotecadas, ou ser já directa ou indirectamente dependentes do Estado — que se criou o chamado sector público da comunicação social, abrangendo a televisão, quase toda a rádio e à maioria dos jornais diários. Entretanto, em pleno ano revolucionário de 1975, foi aprovada uma Lei de Imprensa extremamente liberal e avançada, respeitadora de todos os direitos e liberdades — o que deve ser sublinhado, tanto mais que o último Governo PS/PSD, numa fase já de perfeita consolidação e estabilidade democráticas, apresentou uma proposta de lei muito pior do que aquela, até com ameaças a liberdades e direitos, proposta que deixou «cair» face às críticas que lhe foram feitas.

Além da Lei de Imprensa de 1975, e ainda mais significativamente, a nossa Lei Fundamental — também nesse aspecto inovadora e avançada — deu força e dignidade constitucionais à liberdade de expressão e informação, ao direito de resposta, ao acesso às fontes e ao sigilo profissional. Mais: no que concerne aos órgãos de comunicação social «pertencentes ao Estado e a entidades públicas ou directa ou indirectamente sujeitos ao seu controlo económico», a Constituição consagrou «a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos», visando «assegurar a possibilidade de expressão de confronto das diversas correntes de opinião».

A verdade, porém, é que este objectivo nunca foi inteiramente alcançado — longe disso —, e muitas vezes tem sido mesmo desvirtuado.

E se no tal período escaldante da Revolução ocorreram factos e situações graves (que todos recordamos e não podemos ver repetidas), que ainda poderão ser «explicados», por razões conjunturais, depois, já a morno, e até frio, ocorreram, prolongaram-se e mantiveram-se factos e situações talvez não menos graves — ou até relativamente mais graves, na medida em que não tinham aquelas razões ou álibis conjunturais a explicá-los.

A situação, deve-se salientá-lo, ao nível da imprensa, melhorou, bastante nos últimos anos. De tal modo, bem se pode dizer que os diários do sector público são, em geral, melhores ou mais equilibrados do que os do sector privado, sector mais forte ao nível de semanários. A esta luz, tenho, aliás, várias vezes, posto em destaque que há uma distinção, porventura, mais importante do que entre jornais estatizados e jornais privados: é a distinção entre jornais com qualidade e jornais sem qualidade, entre jornais sérios e jornais que não são sérios e, concomitantemente, a distinção entre jornalistas que são de facto jornalistas, dignos de exercer a sua nobilitante e apaixonante profissão, e jornalistas que o são «máis de nome».

Se os sucessivos poderes permitiram que, nos últimos tempos, a situação na imprensa estatizada, apesar de tudo, melhorasse e se estabilizasse mais — não obstante às periódicas perturbações ou ameaças, pelo menos latentes —, tal não se deveu, infelizmente, a uma mudança de filosofia da generalidade dos governantes;

partidos e políticos face à comunicação social. Deveu-se sim, se bem avaliamos, a uma ideia de desvalorização da imprensa escrita, face aos áudio-visuais e, sobretudo, à televisão. Isto é: deveu-se à convicção de que controlada — e tantas vezes manipulada — a rádio, e, sobretudo, a televisão, arma poderosíssima e sem rival, já se poderia deixar a imprensa escrita mais aberta e liberta, embora sem afastar a sombra dos poderes tutelares. Quer por isto, quer pela sua força, a televisão tem constituído, assim, a imagem mais flagrante, e tantas vezes chocante, dos erros e das culpas de sucessivos poderes.

O sector público da comunicação social não é do Governo — de qualquer governo —, não podendo ser utilizado como coisa sua ou manipulado com intuições propagandísticas. O sector público da comunicação social é do Estado e de todos os portugueses, competindo apenas aos governos fazer com que, efectivamente, seja assim e os seus órgãos se pautem pela independência, pela qualidade, pelo pluralismo e pelo rigor.

A propaganda é o contrário da informação; a manipulação é o seu desvirtuamento total. Urge acabar com a propaganda, com a manipulação, com os comissários políticos para os órgãos de comunicação social.

No jornalismo os factos são sagrados e as opiniões são livres, nunca se podendo misturar factos com opiniões. A independência pode e deve existir na informação do sector público, a qualidade é possível e avaliável em termos jornalísticos e não um mero juízo de valor subjectivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Durante anos e anos, e salvo alguma eventual raríssima excepção a confirmar a regra, temos assistido ao espectáculo pouco edificante — de que a generalidade dos portugueses e dos jornalistas são as vítimas — de Governos que têm para a Comunicação Social a «política» que se sabe, não repetindo os valores constitucionalmente consagrados, nem servindo os interesses dos portugueses e o seu direito a uma informação séria, isenta, rigorosa e de qualidade. As oposições, por sua vez, têm criticado invariável e fortemente tal política e defendido, em teoria, aqueles mesmos valores. Só que, chegados ao Governo, fazem o mesmo ou, em alguns casos, pior. E assim sucessivamente, num ciclo inadmissível a que se impõe pôr termo. Nisto se empenha o PRD e por isso suscitou este debate.

Manda a verdade que se diga: em nossa opinião a situação da comunicação social estatizada, designadamente da televisão, não piorou com o actual Governo. Mas manda a mesma verdade dizer também que ela não melhorou. Como vem sendo costume, sucedem-se ou alteram-se as chefias com as prateleiras, ou vice-versa, e tudo continua substancialmente na mesma.

O PRD e outros partidos já apresentaram nesta Assembleia alguns projectos de lei que visam contribuir para mudar esta situação. E, na parte que nos toca, gostaríamos mesmo de vir a apresentar novos e mais ambiciosos projectos nesse sentido, sobre matérias diversas, desde a alienação de empresas do sector público à composição e à competência do Conselho de Comunicação Social, sem esquecer a urgência da nova legislação para a rádio, nem o contributo que daremos para as alterações em matéria de televisão e sua eventual abertura à iniciativa privada, no escrupuloso respeito pelos princípios e valores da Constituição da República. Mas não ignoramos também a dificuldade

de legislar neste domínio, nem ignoramos que a via legislativa pode ajudar a resolver os problemas, embora só por si não os resolva.

É indispensável que o Poder e todos os responsáveis tenham uma nova filosofia, direi mesmo uma nova moral, relativamente à comunicação social, em especial à estatizada, às suas relações com ela e em relação até à indispensável valorização dos profissionais da informação. Sem esta nova filosofia e esta nova moral, sem uma prática concreta e correcta que valorize e privilegie a informação como valor autónomo e a sua independência e qualidade, não se produzirão nunca as profundas transformações que se impõe operar.

Por último, saliente-se que o PRD defende, nos seus princípios e no seu programa, uma diminuição do peso do sector público da comunicação social e uma abertura à iniciativa privada dos sectores que a ela têm estado vedados. Mas que ninguém se engane, se é que alguém ainda está enganado: defendemo-la para aumentar a independência, a diversidade e a qualidade da informação e nunca para as diminuir ou para permitir novas dominações de poder económico. Por isso nos oporemos a uma política de alienação de empresas do sector público sem que estejam rigorosamente salvaguardados aqueles valores. Por isso rejeitamos medidas que, sem mais, possam pôr, pura e simplesmente, a leilão a participação do Estado em empresas como a que edita esse importante e prestigiado título que é o *Jornal de Notícias*.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate, só por si, obviamente que não resolverá nada. Temos, porém, esperança que dê um contributo para que alguma coisa se comece a resolver. Exige-se a nossa responsabilidade de eleitos do povo, exige-o a fidelidade que todos nesta Câmara naturalmente temos à democracia, que, para ser autêntica, pressupõe e exige cidadãos bem informados.

*Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (Indep.):** — Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos, a sua intervenção, pelo equilíbrio e pela forma correcta como tentou ver e aprofundar os problemas, merece o meu aplauso, se não a minha concordância total, mas suscita-me uma dúvida fundamental.

V. Ex.<sup>a</sup> falou acerca da informação antes e depois da revolução. E, entre outras coisas, disse-nos que o facto de parte da imprensa ter sido estatizada se devia à concentração económica que antes do 25 de Abril se tinha feito nas mãos de alguns bancos ou dos seus proprietários, no que comungo inteiramente com V. Ex.<sup>a</sup> Com efeito, o Governo da ditadura concentrou, de uma forma que quase diria socialista, a propriedade.

Portanto, o Sr. Deputado considera um defeito o facto de a estatização de órgãos de comunicação social ter sido feita por arrastamento, isto é, que não tenha havido uma decisão nesse sentido, tendo sido, em si, um erro. Isto porque, se, de facto, a propriedade dos órgãos de comunicação social não estivesse intimamente ligada a esses grupos, tal estatização não se tinha verificado.

No entanto, depois, quando chega à parte em que preconiza soluções para o problema, exime-se de formular as soluções contrárias a essas não-soluções que tinha condenado antes. Tal significa que procura rodear de tais e tantas cautelas toda e qualquer alienação que me cabe perguntar-lhe como se corporizam essas cautelas, ou seja, onde vamos nós buscar os juízes que nos digam quem são as boas e as más entidades, quem são as pessoas de primeira e as pessoas de segunda ou quem são os bons e os maus jornalistas. Quem é o juiz? É V. Ex.<sup>a</sup>? Com certeza que nem eu nem esta Câmara o somos — julgo, aliás, que ninguém o é.

Com certeza que o Sr. Deputado terá «na manga» a solução para este problema, a qual gostaria que explicasse...

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Rêgo.

**O Sr. Raul Rêgo (PS):** — Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos, também lhe quero dizer que estou de acordo com o geral da sua intervenção, como profissional que é e como homem livre e resistente que também é e sempre foi.

Em todo o caso, queria dizer que não considero que antes do 25 de Abril a imprensa tenha sido monopolizada por arrastamento. Foi simplesmente abafada, durante anos e anos, sendo que, em determinada altura, com a última Lei de Imprensa desse período, em 1972, se quis fingir a liberdade de imprensa, embora tornando todos os órgãos da comunicação social dependentes do poder económico. E aí temos a compra de grandes jornais como *O Século*, o *Diário Popular*, o *Comércio do Porto* ou o *Diário de Lisboa* pelos grupos económicos — o Quina, o Jorge de Brito, o Banco Nacional Ultramarino, etc. Portanto, tratava-se de, simplesmente, querer iludir a liberdade de imprensa, fazendo a censura dentro dos próprios jornais, pois o poder económico controlaria os jornais que dominavam.

É claro que tal não se conseguiu inteiramente, porque houve um jornal que se recusou a ser vendido.

Porém, o que pergunto é se a actual tendência de o Estado alienar a propriedade dos jornais em favor de determinados grupos económicos ou outros não será a cópia da política de Marcello Caetano em 1972.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pergunto se, por exemplo, o secretismo da tentativa da concessão de um canal de televisão à igreja católica, cujo debate foi trazido aqui à Assembleia da República, recusando-se o Sr. Ministro a dizer quem assinava o requerimento para essa concessão, é realmente democrático.

Para mim, a política de informação tem de ser transparente, porque se não o for estamos muito próximos da censura e da manipulação — tudo o que não seja transparente não é democrático.

Pergunto se, nessa semelhança entre a tendência de 1972 e a tendência actual não há um grande perigo para a democracia — e faço votos para que não haja.

**Vozes do PS e do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. José Carlos Vasconcelos.

**O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que o Sr. Deputado, e meu querido amigo e companheiro, Raul Rêgo não formulou, de facto, um pedido de esclarecimento. Com efeito, exprimiu várias opiniões, algumas das quais com que estou de acordo.

Quanto ao Sr. Deputado Borges de Carvalho, pois V. Ex.<sup>a</sup> colocou uma questão que tem razão de ser e perguntou, designadamente, se eu tinha «na manga» as soluções.

Sr. Deputado, queria dizer-lhe que, infelizmente, não tenho, pois elas são complexas. Portanto, a questão é complexa e já gastei mais tempo do que queria.

Porém, amanhã vamos ter um debate sobre matéria que é, exactamente, atinente a este assunto e espero, durante esse mesmo debate, dar-lhe, uma resposta mais completa, pedindo desculpa por não lha dar agora.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares (Marques Mendes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A realização deste debate e a iniciativa que hoje aqui nos reúne comprovam, por um lado, a importância do sector da comunicação social na nossa sociedade e demonstram, outrrossim, a necessidade que o País sente e a urgência que reclama na tomada de medidas em relação a um sector afectado pela crise e marcado por um estado de profunda degradação.

A prova de que assim está no facto de que, por via de regra, se discute e se debate o que está errado, na perspectiva, salutar e construtiva, de encontrar as soluções para os males que nos afectam e para problemas que nos atormentam.

Trata-se, de resto — por que se presume evitada de feita intenção e espírito de abertura —, de uma postura responsável, de um comportamento sério, de um procedimento que só revela sentido de responsabilidade e correcta apreensão do interesse colectivo, que a todos cabe preservar e acautelar.

A caracterização da justeza desta realização funde-se ainda na convicção dominante de que uma das condições mais relevantes para o desenvolvimento de que o País carece se traduz na livre circulação de informação e ideias que só uma comunicação social activa e actuante, verdadeira e rigorosa; aberta aos esforços envolventes e aos exemplos alheios e não fechada em preconceitos ultrapassados, inovadora face ao progresso tecnológico que irradia e não imobilista ou estatizante, pode verdadeiramente proporcionar a todos os portugueses.

Simplificadamente, diremos que uma informação tanto quanto possível objectiva, isenta e responsável, não sujeita a interferências do poder político nem a pressões do poder económico, tem de ser prosseguida pela defesa, sem tutelas nem reservas mentais, dos sagrados princípios da liberdade de expressão e da divulgação do pensamento pela palavra escrita ou falada, pela imagem ou pelo som, ou por qualquer outro veículo que tecnologicamente se mostre adequado, legítimo e apropriado.

Também o Governo, convicto da importância que o sector da comunicação social reveste numa sociedade aberta, democrática e pluralista como a nossa, está

consciente de que o estado actual do sector está longe de ser desejável para que o mesmo se assuma como factor do nosso desenvolvimento, estímulo ao nosso progresso colectivo e fomento da necessária elevação e valorização da cultura nacional.

Os vícios acumulados, os estrangulamentos perpetrados, as dependências existentes, a falta de condições para a modernização das empresas e para a formação dos profissionais do sector e os enormes saltos qualitativos que pelo mundo inteiro se dão no domínio do progresso tecnológico na produção, difusão e recepção da informação, aliados à crescente exigência de uma gestão empresarial e social, moderna e responsável, exigem de toda a comunidade um gigantesco esforço de pragmatismo, de inovação e de profunda conjugação de vontades.

A situação que se vive no sector não se compadece, do ponto de vista do Governo, com uma mera gestão conjuntural da crise existente; ela exige, bem ao invés, medidas estruturais e de fundo, pragmáticas e socialmente rentáveis, despidas de preconceitos ideológicos ultrapassados, alicerçadas na necessidade de promover a saudável libertação da sociedade e a abertura ao espaço europeu em que nos integramos.

O desafio do futuro e os imperativos de um presente em constante mutação postulam e exigem que saibamos compreender, Governo e oposição, Estado e cidadãos, que, também nesta matéria, mais importante do que alimentar divergências ou acentuar clivagens, será realçar o que verdadeiramente nos pode unir — o combate aos atrasos tradicionais, a real e plena inserção na Europa e a abertura consequente à modernidade.

Pensamos, assim, que aos vários níveis da comunicação social, em maior ou menor escala e de acordo com as diferenças qualitativas de cada situação, é indispensável promover-se a inflexão das políticas que nos últimos anos têm pautado a administração do sector.

Por isso o Governo tem, também nesta área, uma política clara e bem definida, que delineou com clareza e sem subterfúgios no seu programa e que pretende executar com transparência, serenidade e determinação.

Assim, e ao nível da imprensa escrita, o entendimento do Governo, já por várias vezes expresso e reafirmado, é o de que existe um excessivo peso do Estado neste domínio, sendo nosso objectivo encontrar formas de racionalização, rentabilização e redimensionamento dos meios na posse e exploração públicas.

O Estado, numa sociedade democrática e pluralista como a nossa, não tem vocação, nem sensibilidade para ser proprietário de um sector público de comunicação social tão vasto como o que se constata no nosso país.

De resto, importa recordá-lo, a *longa manus* do Estado no âmbito da imprensa em Portugal, resultante na maior parte dos casos do arrastamento provocado pelas nacionalizações da banca e dos seguros, facilmente nos conduz à conclusão de que a situação hoje existente no sector não foi construída, erguida ou projectada, estrutural, específica e conscientemente, para ser como é.

Não podemos, pois, confinarmo-nos a uma perspectiva fechada de carácter intocável e estático e muito menos concentracionário e estatizante.

Não significa isto, minimamente, que o Governo pretenda acabar com esta ou com aquela publicação jornalística, reprivatizar sem mais, deixar de acautelar os

valores sociais, patrimoniais e culturais em jogo, transferir meramente dependências e muito menos cometer ou consumar, na inflexão da política que entende responsávelmente assumir e concretizar, os atropelos e as decisões atrabiliárias, ainda que de sinal contrário, que caracterizaram o período conturbado de 1975.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Muito pelo contrário o Governo entende — e uma vez mais solenemente o reafirma — que os jornais são lugares privilegiados para a livre expressão e comunicação e para a criação de um espírito crítico e pluralista na nossa sociedade.

Apenas não acreditamos que a manutenção da excessiva tutela do Estado no sector — em paralelismo com a estrutura orgânica dos *media* nos países de leste e sem a menor correspondência ou similitude na Europa Ocidental — seja a forma mais correcta, mais consequente e mais responsável de se alcançar a independência e a liberdade pretendidas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao nível da radiodifusão, a sucessiva incapacidade da ordem jurídica em responder aos avanços tecnológicos e aos anseios legítima e objectivamente demonstrados pelos cidadãos gerou situações de progressiva inadequação ao regime legal implantado com a sua desagregação face a uma incontrolável renúncia dos cidadãos ao acatamento de vontades legislativas que progressivamente os foram ignorando e, bem assim, às suas necessidades e exigências e por isso deixaram de encontrar a sua legitimidade junto da população a que se destinariam.

O esforço a empreender neste domínio foi já iniciado pelo Governo com a aprovação de uma proposta de lei-quadro da actividade de radiodifusão de que o País inexplicavelmente não tem estado dotado e prosseguirá a muito curto prazo com a aprovação de uma, tão necessária quanto urgente, lei de licenciamento de novas estações emissoras, sejam de carácter geral, regional ou local.

A filosofia prevalente será a de, preservando a existência de um serviço público essencial mas não omnipresente, e evitando uma anarquia e sempre preniciosa pulverização, salvaguardar o respeito por princípios e regras que disciplinem o exercício da actividade de radiodifusão ao nível nacional ou local por operadores públicos e privados e que garantam a defesa de valores culturais que a todos cumple preservar.

Também nesta área, o País e os portugueses exigem que saibamos ser céleres e seguros, determinados e eficazes, sob pena de perdemos o desafio da modernidade e de não sermos capazes de responder às legítimas aspirações dos cidadãos e das comunidades locais.

Em matéria de televisão, também a política governamental definida se nos afigura clara, unívoca, indispensável para responder às crescentes exigências dos cidadãos aos avanços tecnológicos, à melhoria da qualidade de serviço prestado e à defesa dos valores económicos e culturais nacionais.

Sem subalternizarmos o imperativo de uma crescente melhoria do serviço público de televisão, entende o Governo que o regime de concorrência, com a abertura da televisão a operadores não estatais e salvaguardados determinados parâmetros e princípios atinentes

à defesa da nossa cultura, constitui requisito inalienável do presente e exigência que o futuro muito próximo inversivelmente colocará.

O acto, quantas vezes repetido em milhares de casas portuguesas, de ligação do aparelho de televisão para captar a programação estrangeira, e as consequências resultantes do célebre surgimento do satélite, das antenas parabólicas e da televisão por cabo, não só é extremamente grave por aquilo que representa em prejuízo dos nossos valores culturais como ainda pelo que traduz de invasão incontrolável de propaganda a produtos e outros interesses económicos estrangeiros.

Faz-se notar, a este propósito, que, por razões técnicas de deficiente receção ou por razões opcionais de diversa valoração, cerca de um terço dos portugueses consomem televisão emitida a partir de território estrangeiro, mormente de Espanha, facto que não pode ser olvidado nem deixar de constituir fundamento de séria preocupação.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Será, assim, que todos temos a consciência de que, muito mais do que na eminência de um perigo, estamos na actualidade de um prejuízo?

Pensamos seguramente que sim.

Por isso, não podemos continuar por muito mais tempo a discutir menores e parcelares aspectos de forma ou a fecharmo-nos em preconceitos ultrapassados, protelando ou adiando as tomadas de posição que se impõem para evitar a descaracterização progressiva dos nossos usos e costumes, para defendermos o genuíno interesse nacional e para criarmos a salutar adaptação à realidade e às experiências do mundo contemporâneo. O tema é profundamente actual. Escamoteá-lo seria quedarmo-nos gravemente na ressignação. Aprofundá-lo e desenvolvê-lo, fazendo consagrar no plano legislativo e institucional os princípios enunciados, é, sem dúvida, a postura certa, o comportamento adequado e o procedimento mais responsável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma comunicação social activa, independente e verdadeira pressupõe a existência de empresas jornalísticas modernas e bem apetrechadas e de jornalistas com uma sólida formação profissional para cabalmente poderem desempenhar a sua importante função de agentes privilegiados da informação.

Honestamente, teremos de reconhecer que a situação neste âmbito está longe de ser a ideal ou a desejável e que têm escasseado as formas de apoio e a criação de um conjunto de condições mínimas que permitam minorar os efeitos da crise que actualmente se vive no sector.

O Governo, preocupado com a situação, decidiu, depois da audição e com a participação activa do Sindicato dos Jornalistas e respectivas associações profissionais, tomar um conjunto de medidas imediatas de apoio ao sector, quer reformulando e ampliando algumas regalias anteriormente existentes, quer criando novas formas de apoio às empresas jornalísticas, quer definindo, pela primeira vez, regras e apoios financeiros para a concretização de importantes acções no domínio da formação e reciclagem dos profissionais da informação em Portugal.

Assim, serão imediatamente publicados vários diplomas legais que contemplarão:

Uma nova regulamentação relativa ao subsídio de papel, mais flexível, menos burocratizada e mais abrangente, quer para as empresas jornalísticas nacionais, quer regionais e locais, extirpando da regulamentação anterior diversas condições impeditivas e negadoras da obtenção desta regalia, como era o caso, por exemplo, da exclusão, por via administrativa, dos jornais cujos directores tivessem sido judicialmente condenados;

Uma nova, mais concreta e objectiva regulamentação do sistema do porte pago, por forma a dar às empresas um significativo apoio na expedição dos seus jornais para o País e estrangeiro, cientes de que esta medida, apesar de se traduzir num novo e acrescido esforço financeiro, constitui um apoio vital e decisivo para as nossas publicações;

A institucionalização e aplicação do regime legal da realização por parte dos CTT e TLP de descontos de 30% em todas as despesas de telecomunicações efectuadas mensalmente pelas empresas jornalísticas, sejam da imprensa escrita, da rádio e televisão, agências noticiosas, ou imprensa regional;

Uma regulamentação mais flexível, e no futuro mais alargada, da comparticipação do Estado nas deslocações dos jornalistas, através do chamado sistema do cheque transporte;

A criação de um sistema de financiamento a fundo perdido para investimentos, por parte da imprensa regional, em oficinas e parques gráficos, assim se prestando um significativo e valioso apoio a um sector — o da imprensa regional — tão fortemente carenciado e quantas vezes esquecido;

A institucionalização e implementação de um grupo de trabalho, integrando representantes do Sindicato dos Jornalistas e das associações profissionais do sector, para definição, concretização e acompanhamento de acções de formação profissional, criando, ao mesmo tempo, um fundo permanente para financiamento estatal a este tipo de acções e iniciativas.

Estas e outras medidas radicam na relevância que a comunicação social tem perante imperativos de promoção e difusão da cultura, permitem seguir recomendações já antigas de várias organizações internacionais, traduzem-se num significativo e acrescido esforço financeiro por parte do Estado e reflectem, verdadeiramente, a atenção e o acolhimento que tributamos à progressiva resolução dos mais instantes problemas do sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo está empenhado em contribuir para a melhoria da situação no sector e para a dignificação de todos quantos nele trabalham.

Estamos, nesta perspectiva e como sempre, abertos ao diálogo, ao confronto de ideias e ao debate de soluções; por entendermos ser esse o comportamento mais construtivo e responsável.

Mas estamos, igualmente, firmemente empenhados em concretizar na prática os objectivos essenciais definidos, sem dilacções nem excessivas perdas de tempo.

É que, e disso estamos profundamente convictos, o futuro do País e os superiores interesses nacionais assim o exigem.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, segundo penso, pediram a palavra os seguintes Srs. Deputados: Jorge Lemos, Corregedor da Fonseca, António Paulouro, Sousa Pereira, Daniel Bastos, Costa Carvalho, José Manuel Mendes e Raul Rêgo.

Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados para formularem os pedidos de esclarecimento, queria informar os representantes dos grupos parlamentares que iremos ter uma rápida conferência de líderes. Assim, convido o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior para me substituir.

Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.*

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Secretário de Estado, em primeiro lugar, permita-me que discorde do modo como encarou o presente debate. Creio que este debate demonstrou, assim de tudo, que a Assembleia da República não aceita declinar a responsabilidade do tratamento dos assuntos relativos à comunicação social, porque são assuntos e matérias que lhe dizem respeito no quadro dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Este debate tem lugar porque, ao arrepio desta Assembleia da República, sem qualquer tipo de diálogo, o Governo vem adoptando um conjunto de medidas que põem em causa princípios fundamentais relativos à liberdade de expressão, ao direito à informação e ao direito, que o Sr. Secretário de Estado referiu, ao controle de poder económico sobre a imprensa.

A dado passo, o Sr. Secretário de Estado referiu que a sua acção e a acção do seu Governo visariam libertar a comunicação social da tutela do poder político sem a entregar à tutela do poder político.

Sr. Secretário de Estado, a primeira questão que gostaria de lhe colocar é a seguinte: Em Portugal, os órgãos de comunicação social do sector público não estão sujeitos à tutela política do Governo e a Constituição determina que eles sejam utilizados de modo a garantir a independência e o pluralismo. O facto é que o Governo não tem feito, em relação a estes órgãos de comunicação social, a interpretação que a Constituição determina. Daí o Governo vir aqui falar em tutela do poder político, uma vez que estes órgãos estão vinculados constitucionalmente a serem independentes e pluralistas.

O Sr. Secretário de Estado disse que era necessário pôr uma certa ordem em determinado tipo de decisões atrabiliárias. Que exemplo nos dá o Governo quanto a essa matéria? Será pôr ordem em decisões, que consideraria como atrabiliárias, actuar como o fez em relação ao *Jornal de Notícias*, ignorando, inclusivamente, um despacho conjunto do anterior Governo, que havia determinado um modo de resolver o problema da situação da Empresa Pública Notícias-Capital, através da dação em pagamento das dívidas da EPNC à banca das ações do *Jornal de Notícias* que esta empresa ai tem? Foi ou não foi uma situação atrabiliária o modo como o Governo decidiu, pura e simplesmente sem ouvir

ninguém e publicando a Resolução n.º 21-A/86, vender o *Jornal de Notícias*? A quem? O *Jornal de Notícias* é um órgão que, neste momento, garante a independência e o pluralismo e está vinculado constitucionalmente a cumprir tais objectivos. Ora, passando para o sector privado, deixa de estar vinculado, passa a ser um órgão de informação sujeito às características editoriais que o seu director lhe quiser imprimir.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, quando fala em decisões atrabiliárias, gostaria que pensasse primeiro nas decisões que o seu próprio Governo está a tomar.

Havia mais questões que gostaria de lhe colocar, mas, como o tempo é curto, ficar-me-ia por aqui.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Secretário de Estado deseja responder já ou no fim dos pedidos de esclarecimento?

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares:** — No fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Corregedor da Fonseca.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE):** — Sr. Secretário de Estado, ouvi atentamente a sua intervenção e dela ressaltou uma frase em que V. Ex.<sup>a</sup> diz, em certo momento, «nem pressões do poder político nem pressões do poder económico».

A verdade, Sr. Secretário de Estado, é que a parte final da sua intervenção vai, claramente, para as questões do poder económico, pois toda essa parte visa a defesa da entrega de órgãos de comunicação social estatizados ao poder económico, nomeadamente repete, aqui, discursos já feitos sobre a entrega da televisão ao sector privado.

É evidente, Sr. Secretário de Estado, que a entrega da TV ao sector privado será objecto de análise e estudo em sede de revisão constitucional e que, por enquanto, não haverá, com certeza, condições para este Governo a entregar. Ressalta, claramente, essa afirmação, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado começou por dizer que o País sente que há urgência em que se tomem medidas sobre um sector em degradação. Sr. Secretário de Estado, gostava de saber se o Governo já fez um estudo aprofundado e se está em condições de nos apresentar aqui, em Plenário ou em comissão parlamentar, o estudo objectivo sobre o sector em degradação.

Nesse sentido, renovo algumas perguntas que já lhe coloquei: qual o valor de facturação, por exemplo, do *Jornal de Notícias*, do Porto? Qual o valor de facturação da Radiodifusão Portuguesa? Qual é esse valor para a Radiotelevisão Portuguesa, e assim sucessivamente?

Também gostava de saber se, como membro do Governo responsável e, ao que parece, disposto a encarar de frente os problemas, se deu ao cuidado de observar e ler, atentamente, as conclusões do relatório da Comissão de Inquérito da Radiotelevisão Portuguesa, que terminou em Julho do ano passado, e que trouxe

a lume uma série de questões que, a manterem-se, arrastará a televisão para outras situações ainda mais graves. Gostava de saber se se deu a esse cuidado e se o Governo já decidiu tomar medidas.

Quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que o Governo revela sentido de responsabilidade, queria que o Sr. Secretário de Estado me explicasse se o Governo revela esse grande sentido nas medidas que está a tomar. Disse também que o Governo tem uma política clara e transparente. Então, Sr. Secretário de Estado, diga-nos, clara e definitivamente, o que é que se passou com a venda dos títulos de *O Século*? Como é que foram vendidos os títulos de *O Século*, de *A Vida Mundial*, de *O Século Ilustrado* e outras publicações? Houve concurso público? Quais as condições? O jornal vai ser publicado em que condições? As revistas vão ser publicadas ou vão ser congeladas para um grupo qualquer de pressão económica?

Sr. Secretário de Estado, gostava de saber o que se passa com a Radiodifusão Portuguesa. V. Ex.<sup>a</sup> disse, a certa altura da sua intervenção, que o Governo não quer acabar com os órgãos da comunicação social ou reprivatizá-los. A verdade é que o Governo diz que só quer que o Estado detenha um órgão de comunicação social escrita, a TV que quer entregá-la ao sector privado e quanto à rádio diz que quer apenas um posto de rádio. O que se passa com a Radiodifusão Portuguesa, nomeadamente, com a Rádio Comercial? Vai ou não haver concursos de modo a respeitar a tal transparência que o Sr. Secretário de Estado afirma?

Voltando atrás, em relação à *O-Século*, pergunto se houve ou não concurso. O que é que se passou? Que se passa com o *Jornal de Notícias*? Foi afirmado que vai ser vendido. Como? Será que os antigos detentores da empresa a que pertencia o *Diário de Notícias*, os moageiros, a Companhia de Portugal e Colónias — que devem ter recebido, eventualmente, títulos de indemnização —, também vão ter possibilidade, através desses títulos, de comprar o *Jornal de Notícias*? É capaz de me dizer qual é o valor — já lhe perguntei isso aqui — patrimonial do *Jornal de Notícias*? Ao que parece, atinge mais de 1 800 000 contos?

O Sr. Ministro torce o nariz. É possível que talvez não saiba, mas o Sr. Secretário de Estado tem a obrigação de informar; se o Sr. Ministro não sabe é grave! Sabe, por exemplo, quanto é que vale o prédio — é um prédio com vários andares no centro da cidade do Porto —, quanto valem as máquinas, os carros e o equipamento? Como é que vai ser vendido ou como é que pretende vender se a Assembleia da República não travar essa intenção?

Sr. Secretário de Estado, em relação a estas e a outras questões — e para finalizar —, quando V. Ex.<sup>a</sup> diz na parte final do seu discurso que o Governo está aberto ao diálogo para encontrar soluções, pergunto-lhe qual foi o diálogo que o Sr. Secretário de Estado encetou para vender o *Jornal de Notícias*, os títulos das publicações de *O Século* ou, eventualmente, a Radiodifusão Portuguesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Paulouro.

O Sr. António Paulouro (PRD): — Sr. Secretário de Estado, muitos ignoram a importância da imprensa regional, mas V. Ex.<sup>a</sup> sabe bem o que ela vale e acaba de demonstrá-lo.

O que lhe pedia era o favor de nos informar, no que se refere aos milhões de contos que são atribuídos à comunicação social, quanto é que é dado à imprensa regional, quais são os critérios seguidos para essa distribuição e como foi feita, ultimamente, a atribuição dos subsídios aos principais jornais diários e à imprensa regional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Pereira.

O Sr. Sousa Pereira (PRD): — Sr. Secretário de Estado, vou colocar duas breves questões e a primeira é a seguinte: se o Governo pretende rentabilizar os meios de comunicação social na posse da exploração pública, como explica então a alienação de órgãos de comunicação social rentáveis, como é o caso do *Jornal de Notícias*?

A outra questão prende-se com a atribuição do subsídio de papel e é no sentido de saber se se vai manter ou não a abrangência de alguns casos em que esse subsídio é atribuído a boletins paroquiais, nomeadamente naqueles casos em que as tiragens são falseadas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Bastos.

O Sr. Daniel Bastos (PSD): — Sr. Secretário de Estado, ouvi com toda a atenção a sua intervenção e uma passagem da mesma motivou-me a fazer-lhe uma pergunta. Está certamente, o Sr. Secretário de Estado, atento à situação de animosidade derivada das relações entre a população do interior, nomeadamente a população de Trás-os-Montes e Alto Douro e à Radiotelevisão Portuguesa.

Esta população cumpre as suas obrigações no que respeita ao pagamento das taxas televivas sem que lhe seja fornecido um serviço idêntico ao da restante população do País. Não existe, nessa região, a possibilidade de visionar o 2.º canal da RTP, e o 1.º canal é normalmente recebido em condições péssimas. Os condicionalismos climáticos fazem com que as avarias na antena e emissor do Marão, apetrechado — como sabe — com material velho e inadequado, surjam com grande frequência, sendo as reparações feitas, geralmente, tarde e a más horas.

Tudo isto tem contribuído para que se verifique um certo mal-estar e desânimo naquela província, o que tem levado a própria imprensa local a liderar processos de oposição à RTP, procurando sensibilizar as populações ao não pagamento das respectivas taxas.

Como consequência deste estado de coisas, a maioria da população vê regularmente a televisão espanhola, deixando completamente de ligar à televisão portuguesa.

Depois de traçar o quadro da actual situação, que, aliás, já tem sido colocado várias vezes nesta Assembleia, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de Estado o que está previsto fazer no sentido de se alterar esta situação e dar resposta concreta às aspirações inteiramente justas da população do interior, designadamente da região transmontana e duriense.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Carvalho.

**O Sr. Costa Carvalho (PRD):** — Sr. Secretário de Estado, V. Ex.<sup>a</sup> referiu-se à rádio, dizendo nomeadamente que «o País exige que sejamos céleres e seguros para não perdermos o desafio da modernidade».

Pedia ao Sr. Secretário de Estado se me poderia esclarecer que tipo de modernidade é, por exemplo, na RDP do Centro Regional do Norte não existir um radiotelefone e haver uma redacção com meia dúzia de «gatos», a funcionar com um horário de repartição pública, ou seja, das 7 às 20 horas. A partir desta hora parece que o mundo morre e que não existe mais nada para noticiar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Mendes.

**O Sr. José Manuel Mendes (PCP):** — O Sr. Secretário de Estado teve a oportunidade de fazer o seu hossana ao modelo privatista para a comunicação social e, de passagem, referiu, com alguma inusitada frequência, a necessidade da defesa da língua portuguesa e da promoção dos valores culturais.

Neste pedido de esclarecimento iria situar-me exclusivamente nessa área para tentar, com serenidade, desmontar aquilo que penso ser, no essencial, uma campanha organizada, de forma extremamente incredível, em torno da ideia de que o que é público é mau e atentatório dos valores culturais e da defesa da língua e o que é privado, isso sim, irá atingir os grandes *tops* da qualidade e fazer o que até hoje se não fez. Trata-se, naturalmente e como é óbvio, de uma mistificação.

Mas importa perguntar se, sendo o Sr. Secretário de Estado — como é — o responsável da tutela do sector, tentou, por exemplo, modificar a aberração que é a RTP transmitir publicidade em língua estrangeira e se já tomou, a nível do seu pelouro, as adequadas e tempestivas medidas de correcção.

Por outro lado, aludiu à circunstância de um terço da população nacional estar a preferir a televisão espanhola e aproveitou para condenar tal circunstância. É evidente que, no dia em que a televisão privada existir no nosso país e em que a tão propalada concorrência se estabelecer, o que acontecerá não é diminuição do referido terço que vê televisão espanhola, é o aumento do número daqueles que se pretende vejam não só esta televisão mas os enlatados americanos de qualquer origem, que, por baixo preço, vêm para Portugal, sem que, por parte do Governo e das entidades responsáveis, hajam sido accionados os mecanismos tendentes a valorizar a produção nacional em toda a sua latitude.

**Voz do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É importante colocar as coisas no terreno próprio em que elas se movimentam. Aqueles que mais têm condenado a televisão pública pelos seus fracos níveis de produção cultural e pela sua má programação são os mesmos que, enquanto gestores da RTP, foram os grandes responsáveis pela transmissão televisiva sistemática do que há de pior na exportação americana, pela postergação dos valores culturais portugueses e perseguição a jornalistas e a criadores do nosso país.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não se pode deixar de dizer isto com extrema clareza, e a verdade é que, desde que o Sr. Secretário de Estado integra o Governo, a situação não se alterou. Quem vai à televisão vai porque vai e quem lá não vai não o faz porque a RTP não quer. O que é um facto é que, de uma maneira geral, não vemos na televisão os grandes nomes da produção artística e cultural, mas vemos todos os dias a burundanga, a mexerufada inominável que intentam impingir ao povo português para, deste modo, embrutecer as consciências e fazer alastrar o campo de manobra sobre o qual se pretende alicercear a tão propagandeada e mirifica destruição dos órgãos públicos da comunicação social em geral.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Trata-se de algo que importa denunciar.

O Sr. Secretário de Estado, o que lhe coloco, na curta intervenção que estou a produzir, é bem menos o que poderia ser fruto de uma natural troca de impressões entre quem tem pontos de vista diversos em relação ao mesmo problema e, muito mais, a urgência da denúncia veemente e concreta de uma situação atentatória da nossa dignidade elementar de cidadãos, o que nenhum homem político, de cultura, pode ignorar e eximir-se a chamar à colação na hora própria.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Rêgo.

**O Sr. Raul Rêgo (PS):** — Sr. Secretário de Estado, em determinada altura falou V. Ex.<sup>a</sup> de povo que vê a televisão espanhola, por a preferir ou por não conseguir captar a televisão portuguesa, e disse que isso representava um perigo ou um prejuízo.

Estará o Sr. Secretário de Estado convencido de que a concorrência e a expansibilidade, cada vez maior, dos meios de comunicação é um perigo?

Quero dizer-lhe que a censura portuguesa também evolucionou, não pelo espírito progressista daqueles que a exerciam mas pela evolução da rádio e, posteriormente, da televisão a que se viram sujeitos. E que não valia a pena em 1960 e em 1970 cortar uma notícia dos jornais quando o público já a tinha ouvido, na véspera, na rádio francesa ou na televisão espanhola.

A concorrência internacional evolucionou e evoluciona cada vez mais e creio que haveremos de chegar a um ponto, quando a televisão de Moscovo for vista em Washington e a televisão americana for vista em Moscovo, em que não valerá a pena haver censura, seja onde for, porque ela será contraproducente, como o foi muitas vezes a censura portuguesa.

Assim, pergunto ao Sr. Secretário de Estado, que considerou que a referida expansibilidade era um perigo ou um prejuízo, como é que V. Ex.<sup>a</sup> quer tornar concorde essa expansibilidade da televisão, da rádio e dos próprios jornais com o secretismo, cada vez maior, da política governamental no que respeita a estes três órgãos de comunicação social.

**Uma Voz do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma interpelação à mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (MDP/CDE): — Sr. Presidente, não se encontra presente o Sr. Deputado João Correedor da Fonseca, que também formulou alguns pedidos de esclarecimento, e queria justificar a sua ausência quanto a isso, a qual se deve unicamente ao facto de ele ter de intervir na conferência de líderes que se está a realizar neste momento.

Por outro lado, pretendia, em nome da minha bancada, esclarecer o Sr. Secretário de Estado que continuamos interessados nos esclarecimentos pedidos e que a ausência do referido Sr. Deputado não constituisse motivo para V. Ex.<sup>a</sup> não os fornecer.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministério Adjunto e para os Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, são vários os pedidos de esclarecimento que me foram formulados, muito deles sobre questões que se prendem umas com as outras. Vou tentar responder a todos e, ao fazê-lo, responderei aos vários Srs. Deputados, focando também, nos mesmos moldes, aquelas outras questões que foram apenas colocadas por cada um.

Foram suscitadas aqui várias questões, de uma forma genérica, por mais do que um dos Srs. Deputados. Gostava de dar alguns rápidos esclarecimentos a respeito dessas matérias.

Em primeiro lugar queria sublinhar, uma vez mais, que o Governo tem nesta matéria uma política clara, definida com muita transparência e sem equívocos, designadamente em termos do sector público da comunicação social. É evidente que não será muito legítimo pedir-se ao Executivo que abdique agora dos objectivos definidos no seu programa, embora eles possam não ser consonantes, naturalmente, com a opinião de todas as bancadas desta Assembleia.

Mas é justamente no desenvolvimento e na concretização da política do Programa do Governo neste sector que se inserem as medidas já tomadas, algumas das quais suscitaram aqui pedidos de esclarecimento.

Vou mencionar, muito rapidamente, duas dessas medidas: a decisão relativamente à venda das acções do *Jornal de Notícias* e a venda dos títulos de *O Século*.

Penso que já em anterior participação nesta Assembleia tive ocasião de dar alguns esclarecimentos quanto a esses casos, mas tenho todo o gosto em voltar a reafirmar as razões que justificaram as decisões tomadas.

Relativamente ao *Jornal de Notícias*, a decisão — uma vez mais afirmo — alicerçou-se em dois pressupostos.

Por um lado, o Programa do Governo entende que o peso do sector público na comunicação social é excessivo e que se deve avançar no sentido da progressiva redução dessa mesma intervenção.

Por outro lado, e em segundo lugar, por todos os estudos existentes e por todos os dados conhecidos, designadamente os estudos feitos ao tempo do anterior Governo — e estão de facto publicados, como o Sr. Deputado apontou —, concluírem pela inevitabilidade da venda das acções que a EPNC possui no *Jornal de Notícias* como uma das condições indispensáveis para o saneamento financeiro e para a viabilização da própria Empresa Pública-Notícias-Capital.

O que o Governo fez nesta matéria foi seguir as orientações constantes desses estudos, concluir pela inevitabilidade dessa decisão, sob pena de, a não ser tomada — e pensamos que ela já vem, de alguma forma, tardivamente —, poder pôr-se em risco e comprometer-se a própria sobrevivência do *Diário de Notícias* e da *A Capital*.

Relativamente ao tipo de metodologia utilizado — gostaria uma vez mais de o reafirmar aqui —, o Governo seguiu, naturalmente, as regras do concurso público, porque para nós oferece mais garantias de seriedade, porque é de facto o método mais transparente, porque é aquele que pode conduzir ao acautelamento e a uma preservação dos interesses do Estado e dos interesses sociais que estão em jogo. A esse respeito apenas deixava aqui esta nota: no fundo, a decisão tomada nessa matéria é a consequência dos estudos que no tempo do anterior Governo levaram à conclusão de que a forma utilizada do concurso público e sua regulamentação — e que foi proposta pela Empresa Pública-Notícias-Capital — é, tenho que o recordar perante esta Câmara, a fórmula apontada no projecto de lei que amanhã aqui vai ser discutido, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Pergunto, portanto, onde está a discordância de fundo relativamente a esta matéria? Sendo certo que — e não gostaria de deixar de reafirmar aqui, porque estão em causa valores patrimoniais, culturais e sociais — o Governo está a ultimar, depois da proposta da empresa detentora do capital, o projecto de regulamentação do concurso público, não deixará de atender nessa regulamentação a muitos aspectos que, já aqui, hoje, foram focados na intervenção do Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos e que, no fundo, têm a ver com o acautelar dos valores sociais, culturais e de liberdade de imprensa, que estão em jogo nesta matéria.

Relativamente à matéria da venda dos títulos do jornal *O Século* tudo é perfeitamente claro e totalmente transparente. Trata-se, de facto, de títulos que tiveram uma importância muito grande no nosso país, que deixaram de ser publicados há já alguns anos e que estavam perfeitamente inertes no património do Estado. Aquilo que se fez foi, de facto, proceder à alienação desses títulos.

Uma vez mais, por razões de transparência, resolveu o Governo adoptar como metodologia a forma do concurso público. Igualmente, em termos de regulamentação; não se fez uma qualquer, como se se tratasse de alienar uma fábrica de sapatos ou outro tipo de mercadoria!

Trata-se, naturalmente, de um sector que tem as suas particularidades, a sua delicadeza, que tem valores importantes a salvaguardar. Por isso, a regulamentação desse concurso obedeceu a estes princípios, a estas exigências, a estes pressupostos.

Quero afirmar, para informação da Câmara e para tranquilizar o Sr. Deputado que suscitou esta questão, que a regulamentação é perfeitamente clara. Sublinhava, aqui, apenas dois aspectos.

Por um lado, foi, de facto, previsto na regulamentação desse concurso que, quanto aos títulos que fossem vendidos ou comprados, teriam, num prazo de seis meses, de ser editadas as publicações respectivas. Foi, portanto, respeitado, salvaguardado e acautelado o valor que está subjacente à existência dos próprios títulos.

Também se acentuou, e foi uma das condições do próprio concurso, que a compra, por alguma entidade, de qualquer um dos títulos do jornal *O Século*, a sua eventual e posterior alienação ou qualquer transacção não poderiam ser feitas antes de decorridos alguns anos após a sua entrada em publicação.

Esta e outras condições foram, de facto, acauteladas na regulamentação do concurso, porque também entendemos que as preocupações aqui suscitadas são pertinentes e, por isso, não deixámos de as ter na devida atenção.

Sublinhava apenas aqui — porque há algum tempo foi referido na imprensa que o Estado vendeu por um preço irrisório esses títulos das publicações do jornal *O Século* — que ao tempo do Governo anterior, e ainda recentemente, os dez títulos que pertenceram à empresa do jornal *O Século* possuíam um valor, em termos de avaliação feita pelo Estado, de 900 contos, e a venda pelo Estado, de apenas cinco títulos, valeu 6500 contos.

Não se trata apenas do valor económico, do aspecto material em causa, pois não é isso que sumamente nos preocupa, mas sim de que estes esclarecimentos sejam dados, para que, de facto, possamos todos tranquilizarmo-nos, e não se diga que, como se afirma muitas vezes, foi um péssimo negócio para o Estado.

Por outro lado, gostaria de dizer, relativamente a uma interpelação do Sr. Deputado Jorge Lemos, que o Governo não quer, também nesta matéria, concretizar ou consumar decisões atribiliárias.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Viu-se, viu-se!**

**O Orador:** — Criticamos, de facto, a forma como, também nesta área, algumas decisões foram tomadas no passado. Não pretendemos ir pela mesma via. Por isso é que em relação a todas as decisões tomadas até ao momento, tal como em todas as decisões em preparação, foram feitos os estudos técnicos perfeitamente indispensáveis.

Por estes motivos não poderei, naturalmente, dar respostas a alguns Srs. Deputados que perguntam o que vai o Governo fazer em matéria da Rádio, assim como em relação a outros aspectos. Trata-se de matérias que estão a ser objecto dos necessários estudos para que os valores em causa sejam perfeitamente acautelados.

Gostaria, também, relativamente à RTP e a uma das perguntas feitas pelo Sr. Deputado Corregedor da Fonseca, de dizer que conheço, naturalmente, o inquérito parlamentar feito à RTP em 1985.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Não parece!**

**O Orador:** — Diria também aqui que o novo estatuto da RTP — que é um dos objectivos a que o Governo se comprometeu no seu Programa — está em preparação avançada, será aprovado dentro de algum tempo e irá, seguramente, contemplar muitas das preocupações e muitos dos factores negativos que foram apontados, em termos de conclusões, pelo inquérito parlamentar aqui realizado.

Esse inquérito que foi feito pelo Parlamento é, para nós, um estudo honesto e sério. Portanto, muitas das preocupações serão levadas na devida atenção quando da elaboração e da aprovação do novo estatuto da RTP.

Gostaria igualmente de, relativamente a alguns aspectos aqui referidos em matéria de imprensa regional, fazer alguns esclarecimentos.

Quanto às decisões agora tomadas, algumas das quais anunciei, pensa o Governo que elas se traduzem num salto qualitativo importante em termos de apoio à imprensa regional. Não pretendemos tratar a imprensa regional nem qualquer outro sector de uma forma paternalista. Entendemos, no entanto, que é necessário, é urgente e é uma exigência criar-se um conjunto mínimo de condições para que esses jornais, que tão carecidos de apoio têm estado e que desempenham um papel tão importante quer no País quer no contacto com as nossas comunidades de emigrantes no estrangeiro, possam, de facto, contar com um maior tipo de apoios, com uma maior ajuda do Estado, sem qualquer tipo de discriminação.

É por estas razões que vai entrar em vigor uma nova regulamentação do subsídio do papel, quer para os jornais de expansão nacional, quer para os jornais locais e regionais. Isto para que — e respondo aqui concretamente à questão — as decisões, de uma vez por todas, não sejam pautadas por critérios subjectivos e discricionários que muitas vezes se transformam em critérios arbitrários.

A nova regulamentação que o Governo vai publicar aponta, justamente, para a erradicação do maior número de factores subjectivos e para a definição de apenas um conjunto, muito pequeno, de regras, em termos perfeitamente objectivos, para que muitas decisões do passado, que foram contestadas, possam de facto ser, no futuro, totalmente transparentes.

Isto significará que um maior número de publicações será beneficiada, que os dinheiros públicos serão aumentados, mas que haverá, também, muito maior rigor na aplicação dessa regalia.

A este respeito tranquilizava o Sr. Deputado Jorge Lemos, dizendo que já por estes princípios e por estes critérios, agora rapidamente enunciados, se pautou a recente atribuição do subsídio de papel. Lamento apenas que o subsídio de papel à imprensa regional tivesse sido pago fora de tempo, uma vez que este Governo só conseguiu incluir a verba respectiva no Orçamento Suplementar aprovado aqui há alguns meses atrás, pois que no Orçamento de 1985 o anterior Governo — penso que por lapso — não tinha inscrito essa verba.

Relativamente à matéria das tiragens, explicaria também que estão a ser estudados mecanismos para a fiscalização do seu controle, que não tem existido, já que isso tem relação com a atribuição do subsídio de papel. Para esse efeito solicitou-se já, designadamente, a colaboração, que pode ser prestimosa e importante, do Conselho de Imprensa.

Quanto ao pedido de esclarecimento formulado pelo Sr. Deputado Daniel Bastos, gostaria de dizer que, objectivamente, concordamos com a análise que fez, com os dados que apontou. Sabemos que esses dados constituem uma preocupação e que eles, de facto, existem e estamos a fazer esforços no sentido de melhorar a situação. Fazer esforços nesse sentido implica que possa aqui dizer, solene e claramente, que estão a ser ultimados, de uma forma muito acelerada, alguns estudos e, concretamente, os projectos técnicos, para que ainda este ano de 1986 — e as verbas foram acauteladas no respectivo orçamento — a RTP construa três novos centros emissores no Marão, em Leiranco-Chaves

e em Valença; que irão permitir melhorar significativamente as condições de emissão do 1.º canal e permitirão também que essas zonas, altamente carenciadas neste momento, possam visionar, no futuro, o 2.º canal.

Trata-se de um investimento de muitos milhares de contos, que será concretizado ainda no decurso do ano de 1986 e que lhe posso garantir que irá beneficiar toda a zona de Trás-os-Montes e do Alto Minho e, em termos concretos, vinte concelhos, actualmente altamente desfavorecidos.

Para terminar, apenas mais duas passagens relativamente a dois pedidos de esclarecimento.

Quando na minha intervenção, Sr. Deputado Costa Carvalho, falava em abertura e desafio à modernidade — e sem prejuízo dos problemas que apontou serem pertinentes e terem que merecer, naturalmente, a nossa atenção — queria reportar-me ao regime de licenciamento de novas estações emissoras de rádio. O Governo entende que, na sequência da aprovação e da remessa à Assembleia da República da nova proposta de lei de radiodifusão, é urgentíssimo; é fundamental, é indispensável que esta Assembleia a aprove o mais rapidamente possível. Por isso, o Governo apresentará aqui, dentro de algum tempo, a sua própria proposta de lei em matéria de licenciamento de novas estações emissoras de rádio.

Relativamente ao Sr. Deputado Raul Rêgo, gostaria de, em primeiro lugar, o cumprimentar, sobretudo pelo papel importante que teve em Portugal em defesa da liberdade de imprensa. Dir-lhe-ia que, naturalmente, em matéria de televisão, o Governo pensa que, se definidos determinados parâmetros, determinadas regras, em termos de acautelar os nossos valores culturais e tradicionais nacionais, a abertura da televisão a operadores não estatais é de facto a melhor forma de defender o interesse nacional, de melhorar a qualidade do próprio serviço público. Com isso, desde que acautelados todas estas regras e princípios, o interesse nacional só terá a ganhar.

**O Sr. Raul Rêgo (PS): —** Mas não em segredo!

**O Orador:** — Como última questão, Sr. Presidente, e relativamente a um pedido de esclarecimento aqui feito, gostaria de informar a Câmara que, em matéria de programação da RTP, a partir de Outubro entrará em vigor uma nova grelha de programas; por forma a melhorar, de facto, a qualidade do serviço prestado.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

**O Sr. Jorge Lacão (PS): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Durante a apreciação do Orçamento de Estado a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias dedicou uma particular atenção à área da comunicação social, sobre a qual produziu detalhado e, a meu ver, importante relatório. Nele se concluiu pela «imprescindibilidade e urgência de um debate, no Parlamento, dedicado à definição do modelo de participação do Estado na esfera do sector público de comunicação social, cuja natureza e estatuto deveriam constituir-se como futuras traves-mestras de qualquer política globalmente coerente».

— Ao assumir esta conclusão, aprovada por unanimidade, a Comissão considerou ser o problema do domínio dos direitos, liberdades e garantias e, como tal, situar-se na esfera de competência da Assembleia da República.

Suponho que tal entendimento marca uma face; politicamente muito significativa, no âmbito das relações de interdependência entre órgãos de soberania, particularmente entre a Assembleia da República e o Governo, tanto mais que o Governo não encontrará, na circunstância, motivos para suspeitar de motivações obstrucionistas da oposição, uma vez que o relatório citado contou com o próprio apoio do PSD.

Na verdade, tal relatório inscreve-se na compreensão hoje dominante de que as empresas públicas de comunicação social exigem tratamento diferenciado, distinto de uma simples lógica produtiva, avaliável no domínio económico.

Os direitos à informar e a ser informado são componentes institucionais da liberdade de opinião e de expressão e enformam o conteúdo pluralista da nossa vida democrática, cuja maior ou menor autenticidade em boa parte depende da manifestação concreta de um pluralismo não condicionado e não tutelado.

É nestá óptica que fará sentido discutir o sector público de comunicação social. Cumpre ele a sua vocação de assegurar o pluralismo ideológico? Tal missão poderá ser melhor realizada com outra dimensão, porventura menor, do sector público? Onde introduzir modificações, com que processos, com que garantias de que o pluralismo, teoricamente desejado por todos, não sairá praticamente afectado com prejuízo de muitos?

Parece que só resposta clara a tais perguntas torna possível delinear uma política coerente de comunicação social. Infelizmente, o Governo parece ter outro entendimento do problema e começa, ao menos na aparência, por considerar a extensão do sector público de um ângulo economicista. Por isso, quando fala em liberalizar a informação, está exclusivamente a pensar em devolver ao domínio privado canais de televisão e rádio ou certos jornais.

O Governo aproveita conhecidos e graves problemas de exploração e rentabilidade de algumas empresas para induzir à conclusão de que a resolução daqueles exige uma conversão do sector público à iniciativa privada.

As dependências económicas e financeiras em que se encontram vários jornais privados parece não constituir factor de ponderação suficiente de que problemas há que têm natureza estrutural, estando longe de ser coisa específica do sector público de comunicação social. O caso de *O Primeiro de Janeiro* aí está para o demonstrar!

Afinal de contas, quando o Governo utiliza o álibi da liberalização, é quase certo que está em vias de a comprometer. A sua proposta de atribuição em monopólio privado de um canal de televisão à Igreja é exemplo concludente da violação do direito à igualdade dos cidadãos perante a lei. Iniciativa mais antiliberal será difícil descortinar. O Governo fala de desgovernamentalizar, mas não se lhe conhece qualquer iniciativa consistente para dar cunho institucional a tal propósito. O Governo diz defender a independência, mas orienta uma política no sentido da criação de novas dependências económicas. O caso *Jornal de Notícias* é, do que se afirma, um sério aviso, a exigir da Assembleia

da República cuidada atenção para o que se poderá passar neste como noutras domínios, de que cabe igualmente destacar o anunciado projecto de fusão das duas agências noticiosas. O Governo fala em abertura, mas contraria-a na prática, por exemplo, com o congelamento do programa de regionalização da RDP.

Tudo isto acontece, reconheça-se, na decorrência de um mal antigo e até ao momento não resolvido. Se os direitos a informar e a ser informados conduzem ao entendimento de que a informação tem uma componente de serviço público e de que, para melhor o garantir, deve o Estado assegurar a existência de certos meios de comunicação social, a questão é: que natureza e extensão deve possuir tal serviço público?

Nos seus propósitos de reforma não quis o Governo propor uma base de entendimento e de possível consenso, circunstância que legitima muitas dúvidas sobre as intenções últimas de medidas em curso ou que, entretanto, se desenham.

Primeiro exemplo: intentando viabilizar a EPNC, o Governo decide vender as acções do *Jornal de Notícias*. Sabe-se que a empresa do *Jornal de Notícias* firmou um contrato de viabilização que a interdita de distribuir lucros até finais de 1989. Quem, nestas circunstâncias, virá a interessar-se pela aquisição de tais acções? Ou será que o móbil da compra poderá antes residir no controle de um órgão de informação tão poderoso quanto o *Jornal de Notícias*?

O Governo decidiu que a venda das acções se processasse ao abrigo da Portaria n.º 694/82, nos termos da qual são qualificados como preferentes os antigos sócios ou accionistas da empresa e aos quais é permitido realizar a aquisição mediante títulos do tesouro atribuídos ao abrigo do processo das indemnizações pelas nacionalizações. Se tal operação viesse a ocorrer com o *Jornal de Notícias*, teríamos uma situação de escândalo: de um lado, o *Diário de Notícias* e a *Capital*, mais pobres e com menos viabilidade; de outro, o *Jornal de Notícias*, descapitalizado e sem garantias de honrar a independência que hoje manifesta. Perante tal quadro haverá ainda quem considere despropositada a iniciativa legislativa tomada pelo PS que visa, tão-só, criar um enquadramento legal próprio às decisões de alienar participações do Estado em empresas públicas de comunicação social?

Segundo exemplo: o Governo suspendeu a abertura de emissores regionais da RDP. Fê-lo sobre a hora de abertura da Rádio Lisboa, mas, ao mesmo tempo, encara a hipótese de concessionar a entidade privada a exploração da Rádio Comercial. Ocioso é referir o significado dos dividendos em publicidade obtidos pela RDP através da Rádio Comercial. Ao alienar uma das mais importantes fontes de receita e ao impedir um programa de emissões regionais, que política positiva de comunicação social estaria o Governo a praticar? A resposta suponho-a desnecessária, dada a evidência das consequências.

Terceiro exemplo: o Governo anunciou o propósito de fusão das duas agências noticiosas. Não explicou, porém, a que nova entidade jurídica desejará dar vida — a uma sociedade anónima? Eis o que, perante o silêncio governamental, temem muitos dos trabalhadores das duas agências. Mas devem, sobretudo, temer os que desejam salvaguardar o princípio de uma agência noticiosa verdadeiramente independente e pluralista e não enfeudada a qualquer interesses ou correntes ideológicas.

São exemplos de casos que prenunciam grave afecção à existência de órgãos de comunicação social fundando em bases sólidas o exercício da sua actividade. Eles reflectem e, simultaneamente, encobrem a ausência de uma visão moderna e actualizada do fenómeno informação.

De facto, no domínio da imprensa escrita, o Governo nada diz sobre o que possa ser uma reforma adequada do seu parque gráfico e dos actuais sistemas de composição e impressão. Empresas há com projectos de investimento apresentados — caso da empresa pública *Diário Popular* —, mas na dependência de decisões da tutela que poderão chegar tarde demais. No sector da radiodifusão, a modernização das várias redes será por uma vez mais adiada. Quanto à radiotelevisão, a política redutora do Governo deslocou para campo inadequado o debate em curso sobre a televisão do futuro que queremos para o nosso país.

Mas onde a contradição entre as palavras e o comportamento tem sido mais flagrante é ainda no anunciado propósito de desgovernamentalização do sector público de comunicação social.

Portugal é o único país da Comunidade Europeia a praticar um modelo de dependência estrita dos gestores face à tutela governamental. O PS foi, até ao momento, o único partido a tornar a iniciativa de modificar um estado de coisas reconhecidamente inadequado.

O Governo reagiu no estilo que já lhe conhecemos: aqui d'el-rei que nos invadem as competências! Só que, de tanto gritar, o Governo vai perdendo o fôlego e corre até o risco de desacreditar ao alargar desmesuradamente o território dos lobos, restringindo à sua bancada a zona dos cordeiros. Se continuar assim, um dia destes o Governo vai ficar a clamar para si próprio.

Não é isso, porém, o que PS deseja a qualquer Governo. A interdependência constitucional entre Assembleia da República e Governo supõe, no plano político, um esforço comum de entendimento quanto a certas questões de princípio, como, manifestamente, as relativas ao exercício dos direitos, liberdades e garantias. Queremos que matérias com implicações tão directas em tal regime, como são as do sector público de comunicação social, sejam decididas não nas costas da Assembleia da República, mas com a sua concordância. Temos o direito de exigir. Ficaremos vigilantes para que assim suceda.

*Aplausos do PS e dos Srs. Deputados José Manuel Mendes, do PCP, e Raul Castro, do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se para pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados Borges de Carvalho e Silva Marques.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (Indep.):** — Sr. Deputado Jorge Lacão, permito-me, para introduzir as questões que quero colocar-lhe, ler-lhe os seguintes extractos de um jornal que tenho aqui: «Um dos mitos mais entorpecedores da esquerda em Portugal tem sido a sua ineficácia para assumir uma política de desenvolvimento económico que não seja centrada no estatismo. São hoje governos socialistas ou com socialistas que na Europa querem a desestatização da economia e da comunicação social e não têm receio de não controlar,

em termos estratégicos, margens crescentes de participação da iniciativa privada.» Mais adiante lê-se, o seguinte: «Se em Portugal se perseguir a ortodoxia da estatização e da burocratização da vida económica, ela terá como alternativa catastrófica a liberalização selvagem.» Dizia isto, há cerca de três semanas ou um mês, o seu colega de bancada Dr. Jaime Gama a um jornal semanário.

Não sei se a intervenção do V. Ex.<sup>a</sup> hoje aqui faz parte da política interna de oposição ao Dr. Jaime Gama que V. Ex.<sup>a</sup> publicamente pratica. Se se trata disso, não merecia este pedido de esclarecimento. No entanto, estou em crer que se trata da intervenção de um deputado e não de algo feito para uso interno dos Srs. Deputados socialistas e da direção do seu partido.

De qualquer maneira, quero dizer-lhe que a sua intervenção coloca o Partido Socialista numa autêntica situação de obsolência em relação à modernidade, aos nossos dias. Sendo preocupações proclamadas do Partido Socialista a modernização e outras coisas que, afinal, parecem não passar de palavras na vossa boca, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> como é que se insere em tudo isso esta sua intervenção profundamente estatizadora e regulamentadora em que quer recusar ao Governo o poder de tomar decisões mais do que comezinhas, e até que ponto é que V. Ex.<sup>a</sup> tem medo que as coisas sejam autênticas no domínio da comunicação social?

Por último, por mais uma vez se ter referido à questão do canal de televisão que o Governo quis entregar à Igreja Católica, o Partido Socialista sabe que foi aqui aprovado o Programa do Governo, do qual constava essa concessão. Será que V. Ex.<sup>a</sup> não deveriam antes ter chumbado o Programa do Governo, o que seria mais prático do que vir agora aqui impugná-lo desta forma?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Deputado Jorge Larcão, ouvi as críticas que fez ao Governo, mas não consegui descortinar se tinha uma política alternativa a propor — pelo menos, não o fez. Tentei fazer um esforço para a encontrar de forma implícita nas suas críticas, mas tive dificuldade em o fazer. É por isso que gostaria de lhe dirigir alguns pedidos de esclarecimento.

O Sr. Deputado criticou o Governo por ter um critério economicista, mas a verdade é que também o anterior Governo, que o Sr. Deputado apoiou e que, nesse ponto, também apoiei, o tinha. É por o ter apoiado que neste momento não critico. O Sr. Deputado critica e, daí a minha dificuldade em tentar, mesmo pela via implícita, descortinar a sua política alternativa.

O critério do actual Governo é economicista, mas a proposta do anterior Governo também era uma proposta economicista, independentemente de o economicismo ser bom ou mau. Era uma proposta que, desigualmente, fazia cálculos e juntava as parcelas do activo realizável e do património vendável da Empresa Pública Notícias/Capital, a qual me pareceu uma boa proposta, uma boa análise economicista. Nessa altura, penso que também o Sr. Deputado a achava interessantíssima, mas agora critica o economicismo e por aí não consigo descortinar a sua proposta alternativa.

O Sr. Deputado critica o actual Governo de centralismo. Não aduziu factos concretos, mas anteriormente o Sr. Deputado preconizou expressamente a política centralista e centralizadora do anterior Governo ou, pelo menos, do sector desse Governo que tinha a tutela da comunicação social. O Sr. Deputado preconizou, expressamente, a bondade da política centralista e centralizadora, confessada, aliás, pelas entidades gestoras da Radiotelevisão Portuguesa, que diziam que essa política era boa, designadamente por ser mais rentável, ao que o Sr. Deputado respondia: «Sim, senhor, é boa.» Nós, ao menos, dizímos que tínhamos dúvidas, mas o Sr. Deputado dizia que essa política era maravilhosa, porque, de facto, era preciso centralizar...

O Sr. Deputado manifesta preocupações quanto à interferência deste Governo na comunicação social.

No entanto, anteriormente o Sr. Deputado foi, não ao ponto de aplaudir, mas co-testemunha da verificação de actos de censura directa, por parte da tutela do respectivo sector governamental, na comunicação social, nomeadamente na Radiotelevisão Portuguesa. O Sr. Deputado foi co-testemunha de ameaças diretas a órgãos de comunicação social só porque eles tinham uma posição autónoma relativamente ao Governo, como é o caso concreto da direção do *Diário de Notícias*, que foi ameaçada particular e até publicamente, a tal ponto que — há que reconhecer esse acto de coragem — respondeu também publicamente, dizendo que não se deixavam atemorizar por ameaças.

Como vê, Sr. Deputado Jorge Larcão, é difícil saber exactamente o que é que o Sr. Deputado propõe. Refiro-me especialmente ao Sr. Deputado porque não ouso dizer «os socialistas» — e dou-lhes esse benefício da dúvida. Relativamente às afirmações do Sr. Deputado, há uma contradição flagrante entre a sua posição, neste momento e a de alguns meses atrás.

No outro dia, usei uma imagem antiecológica — que agora repito — a propósito desta questão da comunicação social. De facto, houve certos membros do anterior Governo que constituiram para a comunicação social uma verdadeira «maré negra», apoiados intrepidamente por alguns deputados, como foi o caso do Sr. Deputado Jorge Larcão.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Larcão.

**O Sr. Jorge Larcão (PS):** — Sr. Deputado Borges de Carvalho, folgo muito que o Sr. Deputado ande no convívio de bons autores, no que diz respeito à leitura dos temas da modernidade e também lhe faço um voto que aprenda alguma coisa na leitura dos pontos de vista do meu camarada Jaime Gama.

**O Sr. Borges de Carvalho (Indep.):** — Aprendo muito! Não aprendo nada é consigo!

**Risos do PSD e do CDS.**

**O Orador:** — O que o Sr. Deputado Borges de Carvalho não terá compreendido — e neste reparo junto também a resposta ao Sr. Deputado Silva Marques — é que na minha intervenção não há sequer a defesa de uma maior estatização do sector público da comuni-

cação social. Pelo contrário — e peço-lhe que leia com atenção o texto da minha intervenção —, há até o encarar das hipóteses de restrição desse sector público.

Agora, a minha crítica vai no sentido de que isso se faça com consistência, com uma política coerente e através da prévia definição de qual a amplitude que queremos para o sector público da comunicação social. Para responder a esta questão, temos obviamente de também em consideração que tipo de serviço público é que, no domínio do sector público, queremos que seja prestado pelas empresas desse sector. Ora, o Governo, até ao momento, não deu esta resposta.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Essa definição está feita!

**O Orador:** — E, quando fala da viabilização das empresas, limita-se a falar dessa questão do ponto de vista — ali sim — economicista, mas não na perspectiva de encarar se do plano, por exemplo, do serviço público, o *Jornal de Notícias*, do Porto, deve ou não continuar a ser um jornal no domínio do sector público. Seria interessante respondermos previamente a esta questão e, depois, vermos a forma concreta de a viabilizar.

**O Sr. Borges de Carvalho (Indep.):** — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Borges de Carvalho (Indep.):** — Sr. Deputado Jorge Lacão, concorde ou não com essa amplitude, considero que o Governo está a fazer uma coisa que foi aprovada pela Assembleia. O Governo fez aprovar aqui um programa no qual se dizia: «Amplitude do sector público: um canal de televisão, uma estação de rádio e um jornal.»

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Aprovada? Leia a Constituição!

**O Sr. Borges de Carvalho (Indep.):** — Isto disse o Governo, pelo que, concordemos ou não com ela, não vejo onde está a indefinição da amplitude, pois ela está definida.

**O Orador:** — O Sr. Deputado Borges de Carvalho colocou-me a seguinte questão: por que é que nós não manifestámos a nossa posição de divergência quando o Governo apresentou o seu Programa? É uma falta de memória da sua parte, porque deveria saber que o Partido Socialista votou contra o Programa do Governo, pelo que as posições que aqui exprimo estão em consonância com a divergência que já nessa altura tinha expresso na Assembleia da República.

Relativamente ao Sr. Deputado Silva Marques, diria, para concluir, que já estamos de certa maneira habituados a que o Sr. Deputado faça uma certa pirotecnia quando pretende iludir o essencial da questão.

O essencial da questão não é estarmos aqui numa polémica inútil, tentando saber quem é que no passado defendeu não sei que coisas. Tentei seguir o seu raciocínio e devo confessar que até me foi extremamente difícil, por que não o percebi.

Agora, o que o Sr. Deputado Silva Marques poderia fazer, se quisesse, era dar da sua parte um contributo para irmos ao cerne da questão. Entende o Sr. Deputado que deve haver um sector público de comunicação social em Portugal? Se entende, que amplitude deve ter esse sector público? Se entende que esta questão é pertinente, por que não a debateu em conjunto com o Governo? Foi este desafio que fiz, na sequência do relatório aprovado na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Deputado Jorge Lacão, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que a minha opinião — já o disse aqui várias vezes, até por escrito — é a de que, pelo menos no que diz respeito à comunicação social escrita, não deve haver sector público.

**O Orador:** — Ah, ainda bem que o diz!

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Perguntou-me e eu respondo-lhe.

A posição do Governo é a de que deve haver, pelo menos, um jornal. Mesmo sobre esta questão tenho dúvidas, mas, como apoio o Governo, dou-lhe esse benefício da dúvida.

**O Orador:** — Sr. Deputado Silva Marques, acabámos por ficar esclarecidos sobre o manto da sua fantasia. Afinal, encobria-se essa questão essencial: o Sr. Deputado acaba de dizer aqui que é contra a existência de qualquer sector público de comunicação social.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Já o disse várias vezes!

**O Orador:** — Estamos entendidos, Sr. Deputado. O Sr. Deputado é completamente contra e apoia um Governo que provavelmente tem o mesmo ponto de vista. Sobre isso, o Partido Socialista tem uma divergência profunda.

**O Sr. Raul Junqueiro (PS):** — Muito bem!

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — É evidente, pois é por isso que são socialistas, embora nem todos os socialistas tenham essa opinião!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Manuel.

**O Sr. Alexandre Manuel (PRD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi há cerca de dois meses que o PRD, buscando uma figura regimental raramente utilizada ao longo destes dez anos de Assembleia da República, decidiu requerer uma Sessão Plenária inteiramente dedicada à comunicação social, não apenas pela importância que, como já aqui o afirmámos por mais de uma vez, atribuímos ao sector, mas também porque, perante

posições assumidas por algumas forças políticas é diante de notícias vindas a público, adivinhavam-se soluções que, a serem concretizadas, agravariam ainda mais a independência política e comprometeriam seriamente a dependência económica.

O nosso requerimento surgiu no momento em que — recorde-se, a propósito — havia quem contestasse às linhas gerais de um projecto de lei que visava a reorganização, reestruturação e encerramento das empresas do sector público e poucas horas depois de ter sido tornada pública a intenção governamental de alienar a totalidade das acções que o Estado, através da EPNC, detém na empresa do *Jornal de Notícias*. Antes, com pedido de urgência, o Executivo havia feito chegar a esta Câmara uma proposta de lei relativa à concessão de um canal televisivo à igreja católica..

É, pois, neste contexto que surge o nosso requerimento, ditado por razões que se prendem com a inexistência, pelo menos visível, de uma verdadeira política de informação — que, nunca será demais repeti-lo, passa pelas condições de trabalho dos profissionais, mas que tem também muito a ver com os critérios de gestão — e visando uma informação que, para o ser de facto, terá de ser libertadora e não condicionante, terá de ser inovadora e não fabricada.

Foi, pois, diante de situações que urgem e atentos os condicionalismos sócio-culturais que enformam os nossos *media* que o PRD tudo fez para que este debate acontecesse. Para, clara e frontalmente, se denunciarem óportunistas, incapacidades ou eventuais clientelismos, (que importa, por exemplo, ceder este ou aquele jornal, quando se detém a televisão e, se sabe, que o *Telejornal* é visto por 4 milhões de portugueses, enquanto apenas 300 000 são compradores de um jornal diário?), para, dizia eu, se denunciarem os oportunismos, as incapacidades e alguns eventuais clientelismos, venham eles de onde vierem, mas também — e principalmente — para dizer claramente que a comunicação social exige um debate sério, um debate alargado, onde nunca será demais a colaboração de todos, sem conceitos preestabelecidos, sem interesses escondidos e na certeza de que o sector continua a esperar de alguém com coragem e frontalidade. De alguém consciente de que o direito à informação, o direito de ser informado, é um dos maiorés bens da democracia; de alguém que saiba que já não resta pouca margem de manobra, para enfrentarmos distanciadamente o desafio trazido pelas novas técnicas. De alguém que aceite as circunstâncias especiais verificadas no sector (a consequência das nacionalizações); acautele os monopólios; recuse a dicotomia que identifica a esquerda com o sector público e a direita com o privado e jamais esqueça que, de facto, em Portugal, raro é o órgão de comunicação social que não está dependente dos dinheiros públicos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Mais: que à sombra de benesses estatais (justificáveis, sim senhor, mas talvez não assim), prosperam órgãos de comunicação social que, atropelando as mais elementares regras da democracia, nada têm a ver com o «serviço público», são mesmo o oposto do «serviço à comunidade» que justificou a criação de tais apoios.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Sem dúvida!

O Orador: — Foi, pois, neste contexto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que surgiu o nosso requerimento: para debater as questões de fundo que envolvem uma comunicação social que, independentemente das promessas feitas em tempo de campanha eleitoral, continua a ser utilizada pelos que, ao longo dos anos, têm ocupado as cadeiras do poder; uma comunicação social que continua a constituir indústria complicada de acesso limitado; uma comunicação social que, através de meios já pouco escondidos, é mais propaganda que informação, que prefere os comissários políticos em detrimento de profissionais.

O debate está, pois, a acontecer. Muito limitado, no entanto, na sua dimensão, até porque, passados todos estes meses, do programa governativo pouco mais parece restar do que a alienação de boa fatia do sector público. Nada, quase nada mesmo, em relação à formação ou reciclagem dos profissionais; nada, quase nada, mesmo, em ordem à anulação dos vários passivos; nada, quase nada mesmo, em relação ao contrato colectivo de trabalho dos jornalistas. De facto, após a recusa de diálogo por parte da Associação de Imprensa Diária — onde, como se sabe, o Governo é o principal sócio —, continua por assinar o contrato da classe. E assim o aumento verificado em alguns órgãos de informação é apresentado, quer se queira quer não, mais como um acto de boa vontade da entidade patronal do que como um direito do trabalhador, com todas as consequências. E nem valerá a pena, no caso, chamar uma vez mais a atenção para as condições em que esses profissionais são obrigados a exercer a sua profissão ou, ainda, pequenas regalias que, pouco tempo depois da sua aprovação, começam a ser postas em causa. É o caso dos descontos de 50% nos transportes públicos, que as empresas estão a contestar, e o da isenção da taxa de assinatura do telefone, à qual nunca foi dado cumprimento pelos TLP. É um assunto, aliás, sobre o qual, no final desta intervenção, farei entregar na Mesa um requerimento.

Mas, dizia eu, assim difficilmente iremos lá. Assim, de pouco ou nada valerão estes debates, mesmo quando, como aconteceu no caso, à sua convocação tenha presidido a melhor das intenções. Assim, jamais se dignificará esse acto tão importante que é informar.

*Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de iniciarmos o intervalo regimental, informo que o Sr. Coordenador da subcomissão para análise do projecto de lei n.º 14/IV convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida subcomissão para uma reunião que se realiza na sala n.º 251-G, no próximo dia 22, pelas 15 horas; e que o Sr. Presidente da Comissão Eventual de Inquérito sobre o Acidente de Camarate convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida comissão para uma reunião que se realiza na Sala de Conselho de Ministros, no próximo dia 17, pelas 15 horas.

O Sr. Raul Castro (MDP/CDE): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Raul Castro (MDP/CDE): — Sr. Presidente, de acordo com o Regimento, o Grupo Parlamentar do MDP/CDE pede uma interrupção dos trabalhos por

quinze minutos, após o intervalo regimental. Peço-a agora para evitar que o Sr. Presidente reabra a sessão e, logo a seguir, a suspenda, face ao nosso pedido.

Assim, o Grupo Parlamentar do MDP/CDE pede uma interrupção dos trabalhos por 15 minutos, a seguir aos 30 minutos de intervalo.

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr. Deputado.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, como quero pedir um rápido esclarecimento ao Sr. Deputado Alexandre Manuel, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda a palavra antes do intervalo.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, têm vindo a ser feitos sucessivamente pela Mesa anúncios e convocatórias de reuniões de subcomissões e de comissões. Ora, com o actual ritmo de trabalho da Assembleia, particularmente do Plenário, e com as condições de circulação de informação no Plenário é praticamente impossível aos deputados tomarem conhecimento de que são convocados para reuniões.

Pois bem, lembraria à Mesa que o Regimento determina que os anúncios devem ser feitos na primeira parte da ordem do dia e que, durante o decorrer dos trabalhos, não deveriam ser feitos anúncios, porque é extremamente difícil, para quem se encontra nas bancadas, criar as condições para que nos grupos parlamentares sejam distribuídas convocatórias, a fim de os deputados estarem presentes nessas mesmas reuniões.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Jorge Lemos, a Mesa toma nota da sua interpelação, comunicá-la-á ao Sr. Presidente e o assunto será tratado na conferência de líderes.

Ao Sr. Deputado Silva Marques devo dizer que lhe concedo a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Deputado Alexandre Manuel, da sua intervenção tenho de compreender que é a favor da desestatização da comunicação social, não é verdade?

Mas vou acabar de formular o meu pedido de esclarecimento. É que fiquei com a convicção de que é a favor da desestatização, embora o Sr. Deputado não se tenha exprimido sobre esse ponto, por receio, talvez, de afrontar os mitos de esquerda que pôs em causa.

*Risos do PSD.*

É que um dos mitos da esquerda é: esquerda igual a Estado. O Sr. Deputado tocou nesse mito, mas depois passou à frente. Quer desmontar esse mito? Ou está com receio e também, de certa forma, sob pressão desse mito?

Devo dizer-lhe que a realidade portuguesa é, felizmente, muito a favor da desmontagem desse mito. Aliás, a realidade portuguesa desmontou-o. Temos hoje, em Portugal, órgãos de comunicação social ricos à esquerda, ao centro e à direita, que são da iniciativa económica estritamente particular, individual ou cole-

tiva, mas estritamente particular. Estou a lembrar-me de órgãos de comunicação social altamente prósperos, como, por exemplo, *O Jornal*, *o Expresso*, *o Semanário*. São órgãos de comunicação social muito prósperos, ricos e estritamente privados. No entanto, um é de esquerda, outro é do centro e outro é, eventualmente, de direita.

*Risos.*

**O Sr. José Manuel Mendes (PCP):** — Eventualmente??!

**O Orador:** — Como verifica, os factos, em Portugal, fizeram em cacos esse mito de o Estado ser igual à esquerda. Embora por razões de consciência, o Sr. Deputado tenha feito um ligeiro risco com a unha nesse mito, passou imediatamente à frente. Eventualmente, ainda não estará completamente liberto da própria pressão do mito!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Manuel.

**O Sr. Alexandre Manuel (PRD):** — Sr. Deputado Silva Marques, V. Ex.<sup>a</sup> também se rege por mitos ao classificar os jornais de esquerda, de direita e do centro, não é verdade?

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Peço desculpa, mas posso ter errado na classificação dos jornais!

*Risos.*

**O Orador:** — Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que — aliás, já aqui o disse e hoje voltei a afirmá-lo — sou contra a dicotomia de que é de esquerda quem defende o sector estatizado e é de direita quem defende o sector privado. Sou contra, e assumo-o com todas as consequências.

Agora, lembro-lhe que também há jornais ricos no sector estatizado.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — À custa dos contribuintes!

**O Orador:** — Não é bem assim, Sr. Deputado. A menos que esta Câmara permita que eles sejam «despachados» rapidamente para o sector privado, como alguns pretendem.

Mas voltando ao assunto, quero dizer-lhe que penso que é bom aceitarmos que não se é de esquerda por se defender a empresa estatizada, nem se é de direita por se defender a empresa privada.

Mas atenção, Sr. Deputado: há regras a cumprir, temos uma Constituição que nos rege, e ela tem de ser cumprida.

**Vozes do PRD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, face ao requerimento feito pelo Grupo Parlamentar do MDP/CDE, a sessão está interrompida até às 18 horas e 20 minutos.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

*Após o intervalo, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Fernando Amaral.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 25 minutos.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Carvalho.

O Sr. Costa Carvalho (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não sei — e agradeço que me desmintam — de escritor, poeta, ensaísta, crítico literário ou catedrático que, em algum tempo, tenha obtido um galardão jornalístico; mas sei de cidadãos que, na tarimba da subliteratura dos jornais, foram por aí fora em honrarias e até galardoados com o Prémio Nobel da Literatura; citarei, de memória, Albert Camus, Ernest Hemingway, John Steinbeck, Knut Hamsun, Gabriel García Marquez.

A breves anos do termo do século XX, mantém-se o conflito alimentado pelos que insistem em ver uma diferença abismal entre o estimado discurso literário e o desprezível estilo jornalístico; aquele, reconhecido como arte; este, tolerado como artefacto.

Miliciano do Grémio Literário, o jornalista é, para a inteligência nacional, um intelectual feito à imagem e semelhança do autêntico, para gáudio e tolerância deste; para os veteranos das redacções, o jornalista tem de ter, forçosamente, um reboco de dotes naturais, tanto mais elogiados quanto maior for a convicção de que «os bons rapazes dos jornais» nascem e não se fazem.

Andámos neste descoco há séculos e já não há volta a dar-lhe, nem mesmo nos nossos tempos, pois os sucessivos governos atrasaram-se na leitura da Lei de Imprensa, pelo que não puderam chegar ao artigo 62.º, difícil de aplicar, como sucede, aliás, como todas as coisas fáceis de perceber.

E porque assim é, também o actual Governo manda às malvas a oportunidade, cada vez mais tardada, de regular, finalmente, o exercício do ensino superior de jornalismo, empenhando-se, antes, «em encontrar os melhores meios para que os profissionais da informação, trabalhem eles no sector público ou privado, tenham ao seu dispor oportunidades reais de formação e actualização profissional».

Mais do que isso, não! E porquê? Porque, já se dizia no século passado e no princípio deste, *Austriae est imperare orbi universo*. Para este a, e, i, o, u jornalístico o Governo arriscou 6000 contos; o bastante, sem dúvida, para comprovar, tal como se diz no Velho Testamento, que o mel não foi feito para a boca do burro. E até pode acontecer, como no anterior governo, que 3000 contos regressem ao erário público por falta de aplicação ou de imaginação.

Entretanto, um desejo nada ambicioso de jornalistas do Porto está de quarentena, há mais de dois anos, no Ministério da Educação; que, zelosamente, esquadrinha sucessivos processos, microscopia finalidades e esborcina esperanças, levantando sistemáticos e sempre originais entraves à legalização de um curso superior de jornalismo.

Incompreensível e reprovável, principalmente se tivermos em atenção que, nos 10.º e 11.º anos do ensino secundário, continua a ser ministrada a Iniciação ao Jornalismo, disciplina a requerer uma actualização dos programas, um aumento de carga horária e a eliminação de incompatibilidades com outras matérias da área vocacional.

Inacreditável; mas pedagogicamente consentido que a Iniciação ao Jornalismo esteja confiada, na maioria dos casos, a docentes sem qualquer sensibilidade, saber ou conhecimento de uma disciplina que o aluno, obrigado a decorar, em vez de ter o gosto de dominar, considera supinamente árida e molesta.

O que fica de dois anos de ensino é a «superficialidade dos jornais, a sua bisbilhotice, o seu partidismo» — vícios, como escreveu Eça de Queirós, «que os tornam tão pouco próprios para serem lidos pelo homem justo»; só que o autor dos *Ecos de Paris* tinha sempre pressa de findar a sua actividade literária, «para ir ler os meus jornais com delícia».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mesmo em frente ao Parlamento está uma rua a que foi dado o nome de Correia Garção, árcade que redigiu, entre 1760 e 1762, a *Gazeta de Lisboa*, remoto antepassado do actual *Diário da República*. Nem ao caso lembrar Correia Garção e a propósito celebrá-lo, nesta teimosia de se querer entregar ao destino, e não ao estudo, a precisão de bons jornalistas, pois que para isso, como para ser bom poeta — disse-o o autor da *Cantata de Dido*:

É preciso grande génio, longo  
e escolhido estudo; ouvir a todos,  
seguir a poucos, conversar c'os mortos,  
querer dizer, c'os livros, todo o dia  
e toda a noite; ali se faça branco  
o cabelo que foi preto ou louro.

para os que assim não pensam, e que insistem em dizer que o jornalista nasce e não se faz, socorro-me de Joseph Pulitzer, quando, a propósito do desconchavo, disse, sarcasticamente: «A profissão de idiota é a única profissão que um homem na nossa república pode desempenhar com êxito só pelo simples facto de ter nascido».

*Applausos do PRD, do PS e do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Mendes.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Sr. Deputado Costa Carvalho, um curto pedido de esclarecimento depois de ter ouvido, com atenção e apreço, a intervenção que acabou de produzir.

Sabe, melhor do que eu, que um certo «tecnocrate» imperante tende a fazer crer que a era do audiovisual acarretará inelutavelmente o fim da imprensa escrita.

Suponho que esta constatação — que, para já, me abstendo de qualificar — estará na génese do modo como é irrelevado o atendimento à formação dos jornalistas e como se dá tão pouca importância ao trabalho desenvolvido, com qualidade, com mérito e com proficiência, por uma parte, apesar de tudo significativa, dos profissionais portugueses de comunicação social.

Sinalizou muitos dos problemas centrais que nesta área se põem e a questão que gostaria de colocar-lhe é a de saber se, para além da criação de um curso superior de Jornalismo, aquele a que fez alusão, não importaria que o Governo, desde já e em termos globais, tivesse em conta a necessidade imperiosa de accionar um vasto elenco de medidas tendentes à formação, em sentido amplo, da classe jornalística, de resto tantas

vezes requerida e apontada pelo respectivo sindicato e por outras entidades que vêm fazendo chegar até nós as suas posições.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Carvalho.

**O Sr. Costa Carvalho (PRD):** — Sr. Deputado José Manuel Mendes, agradeço o facto de me ter feito a pergunta, até porque me dá oportunidade de eliminar, logo de início, o mito criado relativamente ao papel.

Tenho o pressentimento de que o que está em causa é o suporte. Creio que o suporte na informação já foi o ferro, já foi a pedra, já foi o papiro. Aliás, o célebre escritor Arnold Toynbee refere, com muita razão, que o Império Romano talvez tivesse caído porque envenenaram as águas do Nilo, impossibilitando desse modo que as culturas do papiro se tivessem desenvolvido.

Quanto à questão da política geral de formação dos jornalistas, sempre ouvi dizer — e a própria Universidade ensinou-me — que não pode haver civilização nem povos civilizados se não houver boas estradas, boa informação e bons correios. Parece-me que isto é o bastante. Aliás, era um princípio seguido por Carlos Magno; não é de hoje, é antiquíssimo. Já os Persas, os Gregos e os Romanos o adoptaram e Carlos Magno, sobretudo com os chamados *chevauchers de son écurie*, tanto contribuiu para o desenvolvimento do nosso Ocidente.

De qualquer modo, entendo, Sr. Deputado José Manuel Mendes, que o Governo devia atender à formação específica e global do jornalista, para que, quando qualquer colaborador é jornalista e se intitula de jornalista — e não há memória de qualquer colaborador da televisão ou da rádio que seja jornalista —, não se mantenha a situação de os jornais estarem na dependência de um tal critério de impreparação dos jornalistas. Será, como eu disse há pouco, para se continuar a olhar para os jornalistas como o tal burro que não merece o mel da formação e da informação?

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: «Os órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado e a outras entidades públicas, ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico, são utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo, a administração e os demais poderes públicos, e a assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.» Este o texto do n.º 1 do artigo 39.º da Constituição, que, inserido no capítulo dos direitos, liberdades e garantias, veio a consagrar ao sector público de comunicação social acrescidas responsabilidades quanto à garantia do direito dos cidadãos de informar, de se informar e de serem informados, sem impedimentos nem discriminações. O sector público de comunicação surge, pois, como uma reserva de independência e pluralismo no quadro da ampla liberdade de imprensa que a nossa Lei Fundamental consagra.

São princípios que importa recordar no preciso momento em que se assiste a um recrudescer dos ataques contra o sector. E estes ataques surgem precisamente por parte daqueles que, através da sua acção no Governo, têm feito tábua rasa das disposições constitucionais, para agora surgirem a imputar ao sector público de comunicação social as culpas que a eles e só a eles inteiramente cabem.

Não têm autoridade moral para assacar quaisquer responsabilidades ao sector público da comunicação social aqueles que, por acção ou omissão, estão na origem da grave situação que ele atravessa.

Há, pois, que ponderar as necessárias medidas concretas que permitam repor no seu um sector que tem vindo a ser degradado, pondo cobro a situações que, quer no passado quer hoje em dia, se têm caracterizado por sucessivas operações de desinformação, práticas reiteradas de atitudes e acções ilegais, campanhas de manipulação e propaganda junto da opinião pública, ao mesmo tempo que os direitos dos profissionais são postos em causa, que valores culturais são postergados a favor da mediocridade dócil e que competência e capacidade profissionais se vêem substituídas por compadrios dóceis e obedientes.

Podemos dizer que a Assembleia da República já deu os primeiros passos para que esta situação seja alterada ao aprovar, na generalidade, um conjunto de diplomas que visam precisamente consagrar mecanismos democráticos tendentes a garantir o cumprimento dos preceitos constitucionais quanto ao pluralismo e independência dos órgãos de comunicação social do sector público. Cumprida que foi a aprovação na generalidade, há agora que concluir, e rapidamente, a votação na especialidade e a votação final global de tão importantes diplomas legais.

**O Sr. José Manuel Mendes (PCP):** — Sem dúvida!

**O Orador:** — Mas só se poderão defender a independência e o pluralismo do sector público da comunicação social se esse mesmo sector existir. Ora, ele está ameaçado neste momento: foi a decisão governamental de alienar o *Jornal de Notícias*, são os propósitos conhecidos, e não desmentidos, de alienar mais jornais públicos e estações de rádio públicas. Srs. Deputados, cada acto de alienação de um órgão de comunicação social do sector público é, em si mesmo, um acto de alienação de espaços de pluralismo e de independência informativa. Tais actos, a concretizarem-se, poriam em causa o preceito constitucional relativo aos órgãos de comunicação social pertencentes a entidades públicas ou delas dependentes no que toca à obrigação de tais órgãos serem «utilizados de modo a salvaguardar a independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, e a assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião».

Ora, a utilização dos órgãos de comunicação social públicos para a sua alienação em benefício do sector privado não assegura a independência e o pluralismo, antes os põe claramente em causa.

Dai a necessidade premente da definição, pela Assembleia da República, de normativos legais que impeçam o leilão, esse sim, atrabiliário do sector público, como o Governo pretende. A inscrição na ordem do dia da próxima sessão plenária do projecto de lei n.º 152/IV, apresentado pelo PS, pode e deve

ser um primeiro passo para que tal objectivo seja alcançado, sem prejuízo da consideração de outras soluções que permitam uma visão mais global de toda a problemática do sector público de comunicação social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: «Especial» destaque; pela importância que assume em termos de opinião pública, não pode deixar de merecer a Radiotelevisão Portuguesa. Ela é um bom exemplo do que não deve ser um órgão público de comunicação social, consideradas que sejam as disposições constitucionais e legais que enquadram a sua actividade, mas que dia a dia são ignoradas e desrespeitadas.

No essencial, mantêm-se todos os vícios que foram assinalados no relatório da comissão parlamentar que promoveu um inquérito à Radiotelevisão na passada sessão legislativa.

Desde logo, tem vindo a assumir carácter de escândalo público a manipulação de cariz governamentalista a que a informação televisiva tem vindo a ser sujeita, confundindo informação com comentário, tudo ao serviço da filosofia governamental.

Recordo aqui, a tal propósito, palavras do «insuspeito» comentador político Marcelo Rebelo de Sousa, que, no *Semanário* do passado sábado, ao referir-se ao Primeiro-Ministro Cavaco Silva, escrevia: — e passo a citar: «[...] Ele tem sabido usar com mestria a televisão, onde, de resto, esse caso invulgar de qualidade e imaginação chamado '24 horas' tem sido uma arma essencial para a estratégia do Governo (com relevo para a prioridade e o tom pedagógico imprimidos em matéria económica).» Estas, repito, são palavras de Marcelo Rebelo de Sousa no *Semanário* do passado sábado.

Serão necessários mais comentários, Srs. Deputados?

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Bastante elucidativo!...

**O Orador:** — Parece-nos que não!

E a situação não é melhor no que se refere ao noticiário internacional. Também aí, são ignorados e desrespeitados princípios constitucionais essenciais; pratica-se uma política de agressividade, visando a crispação dos telespectadores, promovendo um clima de belicismo e de relançamento do clima de guerra fria, vendo sempre inimigos a cada esquina, não contribuindo em nada para se estabelecer um estado de espírito que vise privilegiar a amizade entre os povos, a solução dos conflitos pela via da negociação e do diálogo, com o objectivo essencial de preservar esse bem, que não podemos deixar de considerar, que é a paz.

Citarei, como particularmente chocante, o que se tem vindo a passar com o recentemente criado programa sobre a CEE, como mais um espaço de intoxicação da opinião pública, e não, como se reclamaria, enquanto espaço de debate sério, profundo e pluralista, sobre a adesão à Comunidade Económica Europeia, suas consequências e necessária defesa dos interesses nacionais.

De igual modo, continua por concretizar uma política de defesa dos valores culturais portugueses, assistindo-se a uma alarmante invasão do nosso espaço televisivo pelo que há de pior de enlatados norte-americanos.

O debate político, a expressão das diferentes correntes de opinião na sociedade portuguesa nos *écrans* televisivos não têm merecido por parte da RTP a expressão que a actual situação política reclama. Entretanto,

não falta o tempo para as entrevistas ministeriais, as «comunicações ao País» ou quaisquer outras formas de fazer chegar à opinião pública as posições e a propaganda governamentais.

Permitam-me uma referência positiva ao papel que, neste quadro negro, tem vindo a assumir o programa «Parlamento», enquanto espaço de debate sobre assuntos parlamentares e a divulgação das actividades da Assembleia da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Referência especial merece também a situação de dificuldades que está a viver a imprensa escrita no nosso país, com especial destaque para a imprensa diária, em grande parte decorrente da quebra do poder de compra a que têm vindo a ser sujeitos os portugueses.

A democracia portuguesa precisa de uma imprensa escrita actuante e intervintiva, não sendo aceitável qualquer concepção que vise considerar que o áudio-visual esgota todas as formas de informar na sociedade portuguesa.

A criação de condições que permitam preservar a existência de órgãos de imprensa escrita do sector público, e, desde logo, o seu necessário saneamento financeiro, é uma exigência inadiável para a preservação do direito de informar, de se informar e de ser informado, tal como a Constituição da República estipula.

Permitam-me uma alusão à imprensa regional e ao importante papel que ela desempenha nas comunidades locais, mas que, apesar das promessas agora feitas pelo Sr. Secretário de Estado, tem vindo a ver sonhado o direito à atribuição de subsídio de papel, designadamente nos dois últimos trimestres de 1985. Mais do que palavras são necessárias acções e são precisamente essas as que têm faltado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo tem vindo a anunciar o seu propósito de proceder à fusão das agências ANOP e Notícias de Portugal. E nós perguntamos: se surgirem novas agências noticiosas, como vai o Governo actuar? Sabe o Governo que não há proibição legal ou constitucional para a criação de agências noticiosas? Vai então, nesse caso, continuar a tentar fundi-las, caso a caso, à medida que elas forem aparecendo?

O problema não está aí, Srs. Deputados! O problema está, sim, na necessária definição do apoio que o Estado deve prestar ao serviço público que recebe por parte da Agência Noticiosa Portuguesa, enquanto empresa pública, e não se imiscuir na livre actividade de toda outra e qualquer agência.

Não nos esqueçamos, Srs. Deputados, que a criação da agência NP foi promovida por um Governo presidido pelo PSD, precisamente com o objectivo de destruir a agência ANOP. Este projecto não passou. Não pode agora vir o Governo tentar cometer à ANOP a responsabilidade para uma situação para cuja criação ela em nada participou.

A problemática da radiodifusão não pode, de igual modo, continuar a ser adiada. A Assembleia da República deve, do nosso ponto de vista, aprovar no mais curto espaço de tempo quer uma lei da radiodifusão quer uma lei do licenciamento de estações de radiodifusão, que permitam acabar com a lei da selva actualmente existente.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Uma palavra final para os profissionais da informação. Ouvimos hoje aqui muitas promessas, mais promessas a acrescentar áquelas que constavam do Programa do Governo sobre a dignificação da classe profissional dos jornalistas. Mas que credibilidade poderão ter tais referências, quando o Governo não assumiu ainda a responsabilidade de assinar, de dar indicações para ser assinado, o contrato colectivo de trabalho há tantos e tantos meses pendente?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Que o debate que hoje aqui travamos permita a adopção das medidas urgentes que a actual situação do sector público da comunicação social reclama.

Este é o voto do Grupo Parlamentar do PCP.

*Aplausos do PCP, do MDP/CDE e do seu deputado Ferraz Costa (PS).*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Carvalho, para formular pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Costa Carvalho (PRD):** — Sr. Deputado Jorge Lemos, para chegar ao quinto poder — aquilo que o actual Governo entende ser a opinião pública —, o Sr. Deputado disse que o Governo tem usado e abusado daquilo a que os brasileiros chamam «a quinta parede» — a televisão. Faço-lhe esta pergunta, que é extraordinariamente simples: o Sr. Deputado entende que a agenda diária, tanto dos jornais, como da televisão, como da rádio, deve ser feita pela própria redacção, ou seja, obedecendo a meros critérios jornalísticos, ou deve subordinar-se a ingerências externas, imperativas e de última hora?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques, para formular pedidos de esclarecimento, no pressuposto do que o Sr. Deputado Jorge Lemos responderá no fim.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — O Sr. Deputado Jorge Lemos disse em certo momento, para demonstrar que o Governo está a manipular a televisão, e citando um comentador, que o Sr. Deputado classificou de «insuspeito»...

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — «Insuspeito» para os senhores!

**O Orador:** — ..., que o Governo usa de grande mestria. E daí o Sr. Deputado concluiu que ele manipula a televisão. Bem, eu diria que de duas uma: quando os senhores intervêm na televisão ou não o fazem com mestria ou também a manipulam.

*Risos do PSD.*

Mas isto era apenas um comentário relativamente ao excesso de facilidade da sua argumentação.

No fundo, intervento para lhe pedir um esclarecimento sobre o seguinte ponto: o Sr. Deputado invocou um comentador «insuspeito» e eu desejava invocar outro, que diz assim, aliás em data recente, há seis dias: «[...] Quando o Prof. Cavaco Silva, anteontem à noite, no Clube de Imprensa, fez questão de estar presente na entrega de prémios, um dos quais a um jornalista do *Jornal de Notícias*, Manuel Dias, foi gentil para com uma classe que tem levado bofetadas a torto

e a direito». E eu julgo bem que alguns dos que têm dado essas bofetadas foram os senhores, bofetadas que, aliás, foram estrondosas em determinado período da nossa história recente...

*Risos do PSD.*

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Tem-se visto!...

**O Orador:** — Diz ainda o comentador: «É louvável que o chefe do Governo manifeste intenção de não interferir na comunicação social. E não digo sem pensar que nem sempre, num passado próximo, nem todos agiram de modo idêntico. Tenho-o, aliás, dito em público e reafirmo-o: este Governo não procura, pelo menos — imagine!, Sr. Deputado — no *Jornal de Notícias*, interferir na informação que produzimos».

O comentador insuspeito chama-se José Saraiva.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos para responder, se o desejar fazer.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Começarei pelo Sr. Deputado Silva Marques, dado que não compreendi bem a que conclusão queria chegar. Se pretendeu, de algum modo, considerar como insuspeito, quanto a pluralismo e independência, o actual director do *Jornal de Notícias*, essa será uma alusão sua, que, da nossa parte, não merece qualquer tipo de referência. O problema é seu.

Citei aqui o caso do comentarista do *Semanário Marcelo Rebelo de Sousa*, que é um conhecido militante do PSD, e recomendo-lhe inclusivamente a leitura desse artigo. É bom, é um artigo interessante, que demonstra que o escândalo já chegou a tais proporções que até ele próprio tem que reconhecer que está talvez a ser um pouco de mais o que se está a passar quanto à televisão.

Aliás, o Sr. Deputado Silva Marques lembra-se — esteve connosco, esteve comigo, trabalhámos os dois em conjunto na Comissão de Inquérito à Radiotelevisão — de que uma das questões que colocámos com muita insistência foi a não separação do que é política informativa do que é comentário.

E se o Sr. Deputado Silva Marques se der ao trabalho de assistir hoje a um «Telejornal» ou ao programa «24 horas» verá que não existe qualquer diferença entre a informação e o comentário.

O espectador é avassalado por uma mistura total destes dois conceitos, ficando sempre com a ideia de que as medidas do Governo são altamente positivas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Teve esse exemplo quando decorreu aqui o debate do Orçamento do Estado, em que o Governo se viu confrontado com um conjunto de propostas apresentado por vários partidos da oposição. Sobre essas não havia comentários, mas no que diz respeito às medidas adoptadas pelo Governo, a informação dessas medidas eram sempre no sentido de um comentário de consideração positiva.

O Sr. Deputado Silva Marques considera ou não que foram situações como estas que o levaram — tal como a mim — a votar o relatório da comissão de inquérito

ao considerar que os preceitos legais de independência e de pluralismo não estavam à ser cumpridos pela Radiotelevisão Portuguesa?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sim!

O Orador: — Portanto, devolvo-lhe a questão: o Sr. Deputado Silva Marques é que deve ter alterado a sua posição face à televisão, porque se era tão crítico, se participou com tanto empenho nos trabalhos da comissão de inquérito e se hoje se verifica que as situações a que chegámos e que pudemos analisar, em alguns casos, até se agudizaram...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não é nada disso, Sr. Deputado. Independentemente de saber-se o jornalista está ou não a proceder rigorosamente, se ele diz que o acto é positivo, ele tem direito a dizer-lo e não se presume que perante um acto negativo não seja igualmente capaz de o afirmar.

Mas, quando vigorosamente me levantei contra certos aspectos da comunicação social num passado recente, fui sobre questões muito mais flagrantes, onde o arbítrio e o atropelo eram clamorosos: era justamente o caso de se ter verificado que um membro do Governo telefonava para a televisão dizendo para não passarem tal programa. Sempre condenei esse facto, continuarei a condená-lo e, portanto, a minha posição mantém-se. Se amanhã se verificar que um membro deste Governo telefona para a televisão dizendo o que não devem passar ou o que devem passar, considero tal acto errado. Ora, isso é completamente diferente daquilo que o Sr. Deputado Jorge Lemos está a dizer.

Aceito, pois, que um jornalista diga que tal acto é positivo ou negativo. O jornalista não tem obrigação de se pronunciar nos termos em que os Srs. Deputados desejam!

O Orador: — Sr. Deputado, ninguém aqui questionou o direito dos profissionais de informação. Porém, tentar agarrar numa informação dando-a de modo comentado, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que a isso se chama manipulação.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não é necessariamente!

O Orador: — Ora, é precisamente contra isso que nós estamos.

Quanto ao facto de o Sr. Deputado Silva Marques compreender ou não o que aqui foi dito, o problema é seu. Apenas lhe peço que leia a minha intervenção, que assista aos telejornais e aos programas «24 horas» e verá que, tal como em 1985 votei favoravelmente o inquérito à RTP, votarei da mesma forma este, é devo dizer que estranharia muito que o Sr. Deputado não o fizesse, dado que as situações são iguais.

Com isto que disse creio também já ter respondido ao Sr. Deputado Costa Carvalho. É lógico que não só considero que deve competir aos profissionais a defi-

nição das agendas, como penso que, a não ser assim, está a ser posta em causa a Lei da Televisão, que expressamente o determina.

Por isso, consideramos que este debate é positivo e que as medidas já adoptadas, as que nos falta aprovar em votação final global ou na especialidade e outras que poderemos começar a votar amanhã, são absolutamente necessárias e urgentes e que este debate é o próemio a este «prato» que é urgente ser adoptado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Margarida Borges de Carvalho.

A Sr.ª Margarida Borges de Carvalho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na base deste debate está o mais triste de todos os sentimentos humanos: o medo.

Debater a comunicação social na mais política de todas as instâncias, que é a Assembleia da República, pode ser ou parecer o mais salutar de todos os exercícios. E sé-lo-ia, na verdade, se os Srs. Deputados decidissem pensar em conjunto sobre essa forma, entre todas nobre, de exercício da liberdade que é informar, ser informado e — não esqueçamos — emitir público e sonoro testemunho científico ou de opinião sobre as matérias que a informação vai cobrindo.

Nesse caso, estariam os deputados a debruçar-se sobre algo em que não intervêm mas que, como qualquer outra actividade social, deve merecer a sua interessada atenção.

Não é, porém, o caso. No fundo deste debate não está a necessidade sentida de se debruçar sobre uma influente actividade, livremente prosseguida pelos cidadãos e pela sociedade. Está precisamente o contrário, isto é, a preocupação de alguns acerca do propósito programático de um governo de libertar o que está peado, de devolver à sociedade civil a iniciativa que o Estado usurpou, de reduzir ou aniquilar intervenções abusivas, de abrir, em suma, aos cidadãos o que jamais lhes deveria ter sido vedado.

E é porque este Governo, apoiado por este partido e por esta bancada, decidiu devolver Portugal aos portugueses e encontrar para o Estado a dignidade plena da sua função, que hoje debatemos o que nunca deveria ser debatido: o medo ideológico e primário daqueles cujos ideais, na expressão de Stuart Mill, «excluem metade do que se deseja».

Desejam a liberdade mas, para a realizar, cortam-na ao meio: a liberdade dos cidadãos realiza-se desde que dela metade seja assenhoreada pelo Estado.

Deseja-se uma informação livre, responsável, viva e actuante. Mas faz-se da informação um sector submetido aos mais diversos controlos políticos.

Clama-se aos quatro ventos que a informação deve ser pluralista, isenta, objectiva. Mas rodeia-se a informação de conselhos, comissões, controladores políticos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Fala-se de uma informação livre de peias, submetida à lei geral, mas apela-se à especialidade para justificar intervenções.

O Estado, que, como qualquer julgador, só o pode ser se não for parte, intervém por todo o lado, faz de si próprio agente informativo e, depois, quer ser bom juiz.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Em vez de ter uma política de informação virada para o exterior de si próprio, para os portugueses no mundo, para os que, não sendo portugueses, falam português e têm uma curiosidade e um interesse desvanecedor sobre a nossa vida e os nossos problemas, o Estado vira-se para dentro da sociedade e mergulha numa incessante procura dos inexistentes catões da informação, procura caminhos e encontra becos sem saída, diz querer a isenção e passa a vida a acusar do contrário os seus agentes, afirma o pluralismo, mas quer controlá-lo, num esbracejar que, além de ineficaz, é antidemocrático e que se não fosse triste, era, pelo menos, ridículo.

O que se tem dado com o Estado Português é uma questão de momento. Na ordem da democracia, o primeiro momento é o da liberdade, o segundo, o de julgar ou condicionar o seu exercício. Na ordem dos socialismos, o primeiro momento é o do veredito e do controle, o segundo é o da liberdade.

No plano do Estado de direito, a regra é a da universalidade. No do Estado socialista, a regra é a da especialidade.

Salvo melhor opinião, é o que tem sucedido em Portugal. Primeiro legisla-se, monopoliza-se, esquematiza-se, controla-se, possui-se. Depois decreta-se a liberdade como outorga do Estado aos seus agentes, devidamente enquadrados, monopolizados, esquematizados, controlados, possuídos.

Basta um olhar sobre a informação em Portugal para se aquilatar dos resultados. E não é preciso ser bom observador para verificar que a qualidade, o interesse e o pluralismo da informação em Portugal aumentam na razão inversa da presença do Estado nos meios de comunicação social.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Apesar disso, continuamos a ter uma lei de imprensa em que integrarmos o exercício dessa actividade e as infracções por meio dela cometidas nas leis gerais da República. Continuamos a admirar e fomentar a existência de entidades que emitem os mais doutos pareceres e directivas sobre as atitudes dos jornalistas e a vida dos órgãos de informação, continuamos a temer e a tremer sempre que se fala em alterar o sistema, para não referir o que sucederia se alguém viesse a defender a existência de sistema nenhum.

É evidente que o sistema existe, tem a sua inércia própria e integra interesses adquiridos e até legítimos. Não se pode, sem custos que devem ser evitados, destruí-lo pura e simplesmente.

O que se deve, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é inverter as posições de princípio e, a partir daí, iniciar uma marcha firme para a libertação do sector. Fazer prevalecer o princípio da sociedade civil sobre o da estatização, o princípio da liberdade sobre o do controle, o princípio da generalidade sobre o da especialidade. Para que o Estado deixe de ser o patrão número um da comunicação social e assuma a sua plena dignidade de Estado de direito democrático; para que não

mais se ouça falar dos 13 milhões de contos que o Estado já despendeu em subsídios à informação ou do 1 300 000 contos que vai despender este ano; para que esse dinheiro que os Portugueses à gestão do Estado entregaram possa ser melhor aplicado, em informação se quiserem, mas em informação externa que interessa igualmente a todos os portugueses; para que se acabe progressivamente com esta querela inútil e desgastante sobre a informação privada e a estatal, para que perca sentido, neste sector, mas não só, essa *boutade* política que um dia alguém produziu ao formular a célebre defesa da «coexistência concorrencial entre os dois sectores».

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** É para o caminho das reformas cautelosas mas firmes impostas pelos princípios e reclamadas pelas circunstâncias que aponta o Programa do Governo ao consagrar a necessidade da liberdade de informação com a circunstância do excesso da coisa pública nos meios de comunicação social e ao apontar para o objectivo de reduzir a presença do Estado no sector a um canal de televisão, outro de rádio e a um só jornal diário.

O Programa do Governo é claro quanto a objectivos e meios. A Assembleia da República, ao aprovar-lo, um dia, não o fez, por certo, com a inqualificável reserva mental que a intenção de o derrogar, aos poucos, nos dias seguintes, representaria. Embora haja inquietantes sinais de que tal possa ter acontecido.

*Aplausos do PSD e do deputado independente Borges de Carvalho.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Junqueiro.

**O Sr. Raul Junqueiro (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: O debate que hoje tem lugar sobre a comunicação social reveste-se de grande interesse e oportunidade.

Por um lado, encontram-se em análise no Parlamento diversos projectos e propostas de lei visando domínios essenciais da comunicação social e, por outro lado, o Governo tem anunciado pretender introduzir alterações mais ou menos significativas no actual estado de coisas.

Apesar das naturais limitações de tempo e de um debate deste tipo não permitir uma discussão tão aprofundada como seria desejável, consideramos mesmo assim importante aproveitar para tecer algumas considerações gerais e fazer algumas propostas de actuação concretas.

Temos defendido que o poder político não pode ignorar por mais tempo a necessidade de estabelecer com clareza e realismo as linhas mestras de um modelo para a comunicação social, a partir do qual seja possível definir coerentemente as múltiplas actividades específicas da comunicação.

Na verdade, de pouco adiantará mexer pontualmente na legislação existente, que se encontra desajustada e virada para o passado, se não curarmos de saber para onde queremos ir e que objectivos pretendemos atingir.

Os sucessivos governos não conseguiram concretizar este desiderato, parecendo mais interessados em «gerir a crise» do que perspectivar o modo de sair dela.

Tal como acontece hoje, em que assistimos a um autêntico assalto à postos-chave em determinados órgãos estatizados da comunicação social, por parte das clientelas políticas do partido no poder, sobretudo com a finalidade de controlo da informação; também no passado pudemos constatar situações semelhantes, em que porventura nenhuma força partidária estará isenta de responsabilidades.

Se acrescentarmos o modo atribiliário como se pretendem fazer surgir novas iniciativas, a forma nada consentânea com os princípios constitucionais de isenção, democraticidade e pluralismo utilizada por certos órgãos, públicos e privados, ou ainda as indefinições existentes em áreas fundamentais para as liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, bem poderemos afirmar que o sector da comunicação social no nosso país se encontra encilhado; desordenado, sem regras de actuação definidas; por outras palavras, sem estado de caos iminente ou em situação ética e política de difícil justificação.

Com uma imprensa estatizada não articulada entre si, não reestruturada e não redimensionada, acumulando prejuízos, com duas agências noticiosas onde só há lugar para uma, com um serviço público de radiodifusão ainda não disciplinado e regulamentado e com um serviço de televisão monopolisticamente indiferente às novas realidades, as tarefas de modificar e alterar a situação existente não são fáceis.

No entanto, apesar das dificuldades, ainda é possível clamar a anarquia existente e fazer que o setor cumpra a sua insubstituível missão constitucional, satisfazendo os legítimos anseios das populações e as justas expectativas dos profissionais.

Mas para que tal possa ser uma realidade temos de alterar a nossa postura perante este tipo de problemas, provocar uma autêntica revolução de mentalidades, a começar, naturalmente, pelos que detêm responsabilidades políticas:

E, sobretudo, não pretender avançar sem antes saber exactamente em nome de que princípios e de que modelo, os quais deverão ser objecto do maior consenso político e social.

O que significa, a priori, é que o Governo está a fazer no momento presente (actuando pontualmente num ou noutra domínio, tomando decisões não só polémicas mas contraditórias, agindo para as suas clientelas típicas), que o importante será precisamente a reflexão séria e consciente sobre os caminhos a seguir no futuro (a curto, médio e longo prazo).

Certamente que o Parlamento compreende a importância do que está em jogo e, tal exemplo do que já sucedeu noutras áreas, também aqui será possível unir esforços, provocar convergências e acordar o essencial.

É dentro deste espírito que me proponho focar alguns princípios que considero essenciais, com particular referência ao domínio áudio-visual.

Ainda há poucas semanas, durante o debate sobre a proposta de lei do Governo relativa à televisão, tive a ocasião de afirmar que a análise combinada da necessidade de consolidação do regime democrático e da evolução tecnológica nos impunha a definição urgente das bases gerais dos meios áudio-visuais, instituindo-se os mecanismos necessários que pudessem dar conteúdo aos critérios da competência e do profissionalismo, da concorrência e do pluralismo, da estabilidade e da responsabilidade.

A concretização destes critérios passa, a meu ver, pela resolução de algumas questões de grande importância.

Em primeiro lugar, o acesso aos meios áudio-visuais.

No domínio dos princípios, existe hoje um reconhecimento generalizado de que a abertura à iniciativa privada e cooperativa deve ser progressivamente autorizada.

Há, no entanto, que considerar as restrições oriundas do texto constitucional (por exemplo, no caso da propriedade da televisão), de alguns testos legais (no caso, por exemplo, da radiodifusão local) e do próprio espectro radioeléctrico.

Estas restrições não invalidam o caminho de abertura; impõem, contudo, que o mesmo tenha de ser trilhado de acordo com o ritmo adequado.

Por outras palavras, enquanto a Constituição da República consagraria a norma de propriedade pública de televisão, não se poderá avançar em sentido contrário, independentemente do consenso que sobre este assunto exista ou não.

O que não significa que até lá não possam ser levadas a cabo certas experiências de colaboração com a RTP, no sentido de valorizar e incentivar a produção nacional; a forma de viabilizar tais experiências deveria ser, desde já, estudada e acordada, de molde a não frustrar as expectativas de quem pretende intervir neste campo e a melhorar a qualidade de emissões.

As restrições oriundas do próprio espectro radioeléctrico, conjugadas com os princípios básicos inerentes a qualquer Estado de direito, impõem, em qualquer circunstância, o recurso a concurso público como forma de se conceder o serviço público de televisão ou o licenciamento de novas empresas.

Tudo isto sem prejuízo das empresas públicas existentes, as quais terão de ser convenientemente protegidas, em função dos seus direitos adquiridos e também da indispensabilidade de se continuar a assegurar o serviço público, quer de radiodifusão quer de televisão.

Em segundo lugar, a descentralização dos meios áudio-visuais.

Embora no campo da televisão as limitações constitucionais continuem a impedir o acesso da iniciativa privada e cooperativa à televisão regional e local, no domínio da rádio nada há que impeça a legalização imediata das muitas dezenas de movimentos locais que surgiram um pouco por todo o País.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — De qualquer modo, importa consagrar a importância das rádios e das televisões locais e definir as respectivas finalidades, entre as quais teremos de destacar a contribuição para o acesso à programação das colectividades locais e a promoção dos valores culturais da região ou localidade.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em terceiro lugar, os novos suportes tecnológicos de difusão.

Traça-se de uma matéria de grande importância, resultante não só da evolução tecnológica das telecomunicações, mas também da possibilidade de as novas redes de suporte electrónico transportarem, em simultâneo, sinais de telecomunicação de dados, de áudio e de vídeo.

Daqui resulta que os dois sectores, telecomunicações e áudio-visual, terão de passar a ser perspectivados em consonância, em ordem a obter-se um desenvolvimento harmonioso das respectivas infra-estruturas e mesmo dos novos meios de comunicação que aquelas permitem.

É indispensável que as próprias empresas públicas de rádio e de televisão articulem entre si, e com as empresas públicas de telecomunicações, os respectivos planos, nomeadamente no que respeita à construção, desenvolvimento e gestão das redes de emissão, transmissão e retransmissão e ainda à aplicação de novas tecnologias de teledifusão, a fim de se obter a máxima racionalização de recursos e a possível gestão integrada de meios.

Em quarto lugar, os novos *media*, em particular os que resultam da aplicação de novas tecnologias de teledifusão.

Importa destacar neste âmbito a televisão por cabo e a televisão por satélite.

No que toca à primeira, a mesma assume mais o carácter de difusão de sons e imagens por cabo do que propriamente o de uma emissão de televisão convencional.

Em nosso entender, o seu exercício por entidades privadas ou cooperativas nem sequer coloca em causa o texto constitucional, por se tratar fundamentalmente de um meio difusor.

Embora este tipo de televisão não tenha qualquer tradição no nosso país, ela pode constituir uma resposta válida às necessidades de certas camadas de telespectadores e às de certas actividades económicas, como as turísticas.

No que toca à segunda, importa distinguir a actividade de emissão da de recepção; o primeiro caso, pouco provável em Portugal nos próximos anos, tem de ser encarado nos mesmos termos da televisão convencional; o segundo caso deverá ser completamente livre, não carecendo sequer de autorização.

As únicas limitações à televisão via satélite deverão ser, em minha opinião, as que se relacionam com a instalação do equipamento adequado à recepção e descodificação das emissões, que, em minha opinião, deveria ser objecto de regulamentação adequada, em ordem a salvaguardar os interesses nacionais, os interesses das empresas de radiodifusão, de televisão, de telecomunicações e ainda os acordos internacionais celebrados pelo ou em nome do Estado Português.

Em quinto lugar, o modelo de gestão das empresas públicas de rádio e de televisão.

Em termos gerais, pode dizer-se que este modelo tem evoluído de forma significativa, nos últimos anos, em todos os países europeus.

A salvaguarda de independência destas empresas perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos levou, numa primeira fase, ao abandono do chamado modelo de governamentalização, que, como ainda hoje acontece em Portugal, originaria uma total dependência das empresas públicas de rádio e de televisão em relação ao Governo.

A solução encontrada numa segunda fase consistiu, na maior parte dos casos, no modelo da parlamentarização, através do qual os parlamentos passaram a exercer um controle directo ou indirecto sobre os meios áudio-visuais.

No entanto, este modelo continuou a apresentar alguns defeitos típicos do modelo anterior, pelo que muitos países europeus começaram a substituí-lo pelo modelo de representação de interesses.

Neste último caso, compete a uma assembleia de opinião ou a uma assembleia geral, integrada por representantes dos mais variados interesses (dos culturais aos sindicais, dos autárquicos aos de juventude) a designação dos corpos gerentes das empresas e o controlo da respectiva actividade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou na Assembleia da República um projecto que, baseado no modelo da parlamentarização, apontava já alguns caminhos na direcção do modelo da representação de interesses.

Importa sobre este assunto reflectir com serenidade, em ordem a encontrar-se a fórmula mais ajustada à situação do nosso país, sendo certo que o modelo actual não só se encontra já abandonado em todos os países democráticos, mas também é o que menos garante os valores da independência, isenção, democracia e pluralismo.

Em sexto e último lugar, a tutela do áudio-visual.

Dada a complexidade de questões que se colocam neste âmbito, e mesmo a sua grande delicadeza política, é indispensável que exista uma tutela sobre o áudio-visual, no preciso sentido do exercício de funções gerais de arbitragem e fiscalização e de funções específicas de parecer vinculativo em matérias tão decisivas como licenciamentos, utilização das redes de emissão, transmissão e retransmissão, isenção, pluralismo e independência informativos, tempos de antena e publicidade.

Em alguns países foram criadas entidades específicas para assegurarem estas funções.

No nosso caso, penso não existir tal necessidade, bastando alargar as competências próprias do Conselho de Comunicação Social.

Devemos evitar a proliferação de órgãos e instituições exercendo actividades congéneres, além de que a existência do Conselho de Comunicação Social se tem revelado como útil, apesar da evidente conveniência em se reforçarem os respectivos meios.

Muitas outras questões, Sr. Presidente e Srs. Deputados, podem e devem colocar-se quando se analisam os princípios fundamentais de um modelo áudio-visual.

No entanto, em face das limitações de tempo, optei por abordar as que pareceram mais relevantes.

O essencial a reter desta análise poderia resumir-se a três grandes conclusões:

Em primeiro lugar, é necessário encarar-se hoje a problemática da comunicação social de uma forma aberta e construtiva, conscientes dos impactes das novas realidades, em particular da revolução tecnológica e da evolução do regime democrático.

Em segundo lugar, é prioritário definir um modelo para a comunicação social em geral e para a comunicação áudio-visual em particular. Só tendo a noção exacta dos objectivos que pretendemos atingir e dos caminhos que queremos trilhar será possível e correcto promover as indispensáveis mudanças.

Em terceiro e último lugar, é fundamental que a análise e o debate de toda a problemática do sector sejam feitos com serenidade e sentido de responsabilidade, procurando-se o maior consenso político e social.

À Assembleia da República cabe um papel decisivo nesta matéria.

Estou certo de que saberemos encontrar as melhores soluções para o sector e para o País.

*Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Paulouro.

O Sr. António Paulouro (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Parece-me inútil inventariar os serviços que o País deve à imprensa regional. Diversa nas origens, nos propósitos, nos interesses que a movem ou condicionam, ela representa, apesar das vicissitudes e amarguras, a face multimoda do País.

Estudo, todavia, indispensável quando se quer ir ao fundo do que somos, para além das zonas urbanas onde, aliás, ela também chega.

Pelo que foi e ainda é no plano da defesa dos valores patrimoniais, muito se perdeu, apesar dos alertas que lançou, mas outra e pior seria a imagem deste país sem a acção abnegada da sua atenção e do seu zelo.

Sinal de firmeza contra a ignorância e o medo, também muito lhe importa o marco romano que fica para o museu a criar, o pergaminho quase delido que amorosamente tem de guardar-se, as peças de estatuária que fura à cobiça dos traficantes, a traça da rua antiga ou da velha casa que a embófia do novo-riquismo quer, irremediavelmente, embonecar.

Mas, se na preservação cuidadosa do património, um sério esforço de vigilância e esclarecimento lhe devemos, em outras áreas, também árduas, ela continua. É no terreno difícil das questões quotidianas, na análise dos interesses intocáveis, ou ilegítimos, que a batalha é mais dura e não raro perdida.

Falo, obviamente, dos jornais sem protecções e, logo, sem mordaças.

Pois o que já era, nas pequenas comunidades, a claridade da comunicação local ao serviço de todos, tornou-se, nos anos 50, o elo entre os que partiram e as raízes que ficaram.

Está por fazer o balanço deste trabalho imenso: Depois do êxodo que levou os nossos trabalhadores desocupados e famintos à reconstrução da Europa, a imprensa regional foi, quase sempre, a única presença da pátria distante.

Mal compreendeu o Estado este esforço enorme.

Deu-lhe o prémio merecido do porte pago. Medida inteligente e acertada, até porque, aferida a dimensão pelos correios, se não presta a embustes.

Deu-lhe também um subsídio para, em parte, compensar os preços do papel, e aqui já surgem razões de desconfiança e de crítica. Cabe ao Estado estimular as obras de interesse comum, mas só essas. A indiscriminada razoeira, que contempla do mesmo modo os que se ficam pela folhinha particular ou pelo jornal subserviente, alheios aos problemas de verdadeiro interesse público, e aqueles que tudo arriscam para ser voz de todos e para todos, gravemente lesou a imprensa regional. Acomodá-la é trair uma das mais belas e úteis realidades do nosso património cultural.

Distinguir os jornais que pugnam e respeitam a honra e a dignidade alheias daqueles que tudo conspurcam por falta de consciência moral é tão urgente como necessário.

Separar o trigo do joio nem sequer é difícil. E é preciso que alguém o faça, sem demora, porque, ao acerto de tarefas estimáveis que a imprensa regional já voluntariamente aceitara, outras, e de não menor valia, se juntam.

A crescente importância de poder local será o que for a adesão pública que tiver.

Ora, um conhecimento do que se diz, ou faz de bom ou de mau nas autarquias, pode levar os cidadãos a um juízo seguro, à responsabilização, preto no branco, pela crítica séria e oportunista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As tarefas que nos esperam para cumprir o preceito constitucional da regionalização — que é fazer deste país um todo nacional e não a assimétrica fatalidade da fractura litoral-interior — têm de contar com uma imprensa regional que mais do que as inovações técnicas cumpra os deveres de tratar por igual todos os cidadãos e de estar ao serviço do bem público em cada linha e em cada momento.

Assim será um serviço público. Assim terá o Estado que entendê-lo.

*Aplausos do PRD e do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de iniciar propriamente a minha intervenção, devo dizer que o meu colega de bancada, deputado Gomes de Pinho, tinha preparado uma intervenção para este debate. Sucede, porém, que ele adoeceu subitamente esta tarde, vítima de uma gripe, não podendo, por conseguinte, comparecer à sessão.

Por isso e para não deixar em branco a nossa posição quanto à comunicação social, alinhavai algumas notas sobre esta matéria, que dizem principalmente respeito à comunicação social estatizada. Naturalmente que gostaríamos de poder intervir neste debate mais exaustivamente e com um maior desenvolvimento dos vários temas, sobretudo daqueles que foram aqui referidos pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministério Adjunto e para os Assuntos Parlamentares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando, no debate do Programa do Governo, foi aqui tratada a questão da comunicação social, tivemos ocasião de dizer que apoiávamos o Governo quanto a essa matéria, embora tivéssemos algumas dúvidas sobre a necessidade de manter um órgão de comunicação social estatizado, pela natural dificuldade que se criaria ao Governo em saber qual deveria ser esse órgão. Porém, parece que hoje essa dificuldade já não existe, na medida em que vemos desmantelar certos órgãos de imprensa escrita e as ameaças não pairam sobre os outros. Por isso mesmo, já se vislumbra qual será o órgão que o Governo quer manter — esperemos que não seja um jornal que é independente e que se transformaria, com esta política, num órgão oficioso.

Quanto à questão da atribuição de um canal à Igreja, já manifestámos publicamente a nossa posição, que é favorável. De resto, devo dizer que entendemos que todas as medidas que hoje o Sr. Secretário de Estado indicou vêm ao encontro das nossas preocupações. Pensamos, contudo, que não bastará fazer o seu elenco e que teremos que aguardar o normativo para sabermos se, realmente, ele também vem ao encontro das preocupações concretas e substantivas que temos em vista neste sector.

Quanto à questão da comunicação social estatizada, devemos dizer que ninguém parece satisfeito, o que resulta da deformada análise da realidade que hoje vimos aqui fazer. Todos os governos têm beneficiado da sua premeditada ingerência, até pela inabilidade voraz com que a usam, sofrendo as oposições, pelo menos tanto quanto invocam, os prejuízos que dela decorrem.

Tudo isto se passa ciclicamente e somos agora confrontados, na Assembleia da República, com iniciativas no sentido da revisão da legislação, bem como com críticas, por parte tanto dos partidos que se aproveitaram dos órgãos de comunicação social como daqueles que hoje em dia se afirmam da oposição e dizem ser absolutamente contrários à sua prática, quando também eles passaram pelas cadeiras do poder.

Talvez por sermos o partido que menos influência tem tido nos órgãos de comunicação social estatizados, temos podido apreciar com objectividade o seu funcionamento actual.

Em muitas circunstâncias os criticámos e ainda há não muito tempo esta Assembleia realizou, por nossa iniciativa, um exaustivo inquérito à RTP, cujos resultados foram concludentes quanto à existência, na altura, de graves interferências do poder político nos órgãos de comunicação social, de partidarização exacerbada e, consequentemente, de violações flagrantes dos princípios da independência e do respeito pelo pluralismo de opiniões.

Não podemos dizer que neste momento se verifica este exacerbamento de aproveitamento da RTP por parte deste Governo, mas também não temos dúvidas de que o Executivo tem aproveitado as intervenções do Sr. Primeiro-Ministro não só na sua qualidade de membro do Governo mas também para intervir em diversas ocasiões, transformando o *Telejornal* no seu tempo de antena. É uma prática que, em nosso entendimento, deve ser revista, porquanto o Governo, e principalmente o Sr. Primeiro-Ministro, não deve aproveitar-se do *Telejornal* para fazer dele o seu tempo de antena e sobretudo para criticar órgãos ou medidas por eles tomadas, que poderiam, noutras circunstâncias, ter direito de resposta.

Apraz-nos louvar uma medida que se estabeleceu pela primeira vez, por iniciativa de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República, no sentido de conferir aos partidos o direito de resposta. Gostaríamos que, de futuro, ela fosse mantida sempre que o Sr. Primeiro-Ministro ou algum membro do Governo faça declarações que colidam directamente com as posições assumidas pelos partidos da oposição.

É, porém, nossa convicção que esta prática, que quase se torna normal, não poderá ser eliminada sem a alteração da legislação em vigor, relativamente à qual somos de opinião que a própria Lei de Imprensa carece de uma importante revisão.

O Governo do bloco central tentou rever esta Lei de Imprensa. Fê-lo, porém, de uma maneira desajeitada, não tendo conseguido convencer nem os jornalistas, nem a opinião pública, nem esta Câmara da sua bondade. E não tendo conseguido convencer nenhum dos interessados nesta revisão da bondade das soluções que propunha, pura e simplesmente, a revisão ficou por fazer.

Contudo, o facto de esta revisão não ter sido feita não quer dizer que não haja necessidade de, urgentemente, se rever pelo menos alguns dos aspectos parciais desta legislação.

Quero chamar a atenção desta Câmara e do Governo para o seguinte facto: se fizermos uma estatística do número de vezes que os jornalistas são colocados no banco dos réus por crimes de difamação e injúria contra os órgãos de soberania ou os particulares e do número de absolvições que se têm verificado neste país por parte dos tribunais de primeira instância e, principalmente, por parte dos tribunais de segunda instância, verificamos que alguma coisa há de errado na nossa lei. É que a lei é de tal maneira restritiva e restrita que os juízes e os magistrados responsáveis verificam imediatamente que ela é feita num determinado sentido mas que os órgãos de soberania a aproveitam para uma modalidade completamente diferente.

Recordo-me de que, a determinada altura, o general Ramalho Eanes ou os serviços da Presidência da República chegaram a enviar um ofício ao tribunal onde se dizia que, se o tribunal não condenasse o autor que, presumivelmente, havia injuriado o Sr. Presidente da República, este recorreria ao desforço físico e pessoal.

#### *Risos do PRD.*

Este ofício correu aqui e soube-se depois que o Sr. General Ramalho Eanes, na sua boa fé, tinha assinado esse ofício que tinha sido escrito por um seu assessor — um ofício temível que envergonhava a própria pessoa que o tinha escrito. O que sucedeu foi que o jornalista foi absolvido, foi interposto recurso pelo Ministério Público ao Tribunal da Relação, este absolveu e estranhou a invocação de desforço físico, mas não houve, felizmente, nenhuma agressão ou tentativa de agressão por parte da Presidência da República contra o jornalista que tinha feito a crítica.

O problema está em muitas vezes se esquecer que, quando o jornalista critica os órgãos de soberania, não o faz para ofender ou injuriar a pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Presidente da República, do Sr. Presidente da Assembleia da República ou de quem quer que seja.

Lembro-me de que o Dr. Sá Carneiro, quando tomou posse o seu Governo, numa das primeiras declarações que fez disse exactamente que, se não houvesse difamação pessoal, nunca levaria qualquer jornalista a tribunal pelo facto de o criticar nos órgãos de imprensa por actos por ele praticados. E ele cumpriu rigorosamente esta «norma», embora ela não tenha servido para o seu sucessor, visto que ainda hoje existem nos tribunais correacionais de Lisboa acções propostas pelo Primeiro-Ministro Pinto Balsemão contra jornalistas portugueses por terem referido alguns dos seus actos enquanto primeiro-ministro em termos que, então, ele considerou injuriosos.

A mesma coisa sucedeu com o Sr. Primeiro-Ministro Mário Soares e hoje em dia assistimos a este espectáculo algo irritante e insólito: os primeiros-ministros caíram, a opinião pública derrotou-os nas eleições, os primeiros-ministros já não se lembram daquilo de que se queixavam, os seus actos já foram revistos politicamente por outros primeiros-ministros ou por outros órgãos do Governo, mas os jornalistas têm ainda que frequentar amiudadas vezes os bancos dos réus dos tribunais correacionais para responderem por críticas que

fizeram em 1980, em 1981, em 1982 ou em 1983, relativamente às quais já nem eles próprios, jornalistas, sabem a que propósito as fizeram...

*Risos do PS e do PRD.*

... por que é que as fizeram e como é que hão-de sair destas situações. E os juízes têm que julgar isso! Temos que levar testemunhas aos tribunais para dizerem que essas críticas não eram pessoais. Muitas vezes são convidados os próprios titulares dessas críticas, mas eles não comparecem, e contudo, todo o arsenal, toda a maquinaria de formalismo processual tem de ser cumprido, para, no fim se ter que absolver o réu porque, entretanto, já se passaram cinco anos e ninguém se lembra quem injuriou quem.

Outro dos pontos muito importantes com o qual a imprensa tem a ver é o da chamada responsabilidade do director por artigos não assinados.

Sempre que sai uma notícia não assinada e ela é considerada injuriosa, imediata e automaticamente, pela Lei da Imprensa, o director da publicação é cúmplice dessa notícia. Então, ou o director do periódico tem de ler, linha a linha, todo o seu jornal antes de ele sair para a rua, para as mãos do leitor ou, então, se alguém achar injuriosa qualquer linha escrita por qualquer jornalista, mesmo que estagiário, mesmo que feita para não ofender ninguém, o director do jornal tem de passar horas e horas no banco dos réus, já que os depoimentos são sempre escritos e nunca ninguém quer prescindir do recurso para ouvir dizer onde é que está a injúria e a quem é que foi feita. E isto quando ele não era substancialmente tido nem havido nessa notícia.

Finalmente, esquece-se muitas vezes que o jornalismo é uma função pública. Por exemplo, o jornalista tem o dever de trazer para o jornal qualquer informação que lhe pareça ser de interesse público. Se o jornalista souber que há furos de corrupção, que há suspeita de que os dinheiros públicos de um determinado organismo estão a ser mal geridos, é da obrigação da sua função pública trazer imediatamente estas notícias ao conhecimento da opinião pública. Mas há juízes, órgãos de soberania e altos funcionários da Administração Pública que entendem que isto é uma injúria, que o jornalista não tem o direito, e muito menos a obrigação, de trazer isso ao conhecimento público. Pelo contrário, entendem que ele tem, sim, a obrigação de dizer que nada sabe, porque ainda não há uma sentença, porque ainda não há um caso julgado, porque ainda não está completamente estabelecido que houve um roubo, que houve o desvio de dinheiros ou que determinado acto foi praticado.

Os nossos tribunais estão cheios e cheios de processos intentados contra jornalistas por terem veiculado uma informação que lhes pareceu correcta porque a ouviram de responsáveis, fonte que não podem divulgar pela própria deontologia profissional e pelo próprio Estatuto dos Jornalistas. São-lhes, então, postos processos por trazerem ao conhecimento da opinião pública factos que, por obrigação, devem trazer mas que, numa interpretação restrita e literal da Lei de Imprensa, são considerados como injúrias.

Relativamente aos problemas que ainda há pouco tempo vimos surgir sobre as nomeações dos directores dos jornais, trata-se agora de outro fóro, isto é, do fóro da respeitabilidade do Conselho de Comunicação Social. Foi um acto exemplar o do actual director do *Diário de Notícias* ao dizer que só aceitaria a sua

nomeação para director daquele jornal depois de aprovada a sua direcção pelo Conselho de Comunicação Social.

Gostaria que isto fosse lei e não apenas um capricho bom do director do *Diário de Notícias*, Dinis de Abreu — que me cumpre saudar por esta posição tomada —; e que a legislação sobre o Conselho de Comunicação Social fosse também revista substancialmente, de modo a que as suas directrizes e os seus acordos exerçam uma vinculação face aos órgãos de comunicação social.

Também o modo como são eleitos os membros do Conselho de Comunicação Social — totalmente partidizados —, em que tem que haver uma negociação prévia com os partidos para se obter o consenso — quando a lei diz que apenas é necessário obter dois terços dos votos para eleger as personalidades postas à consideração desta Câmara —, tudo isso desvirtua a lei. Aliás, na prática, verifica-se que vigora o «toma lá, dá cá» para fazer passar determinado nome por um partido e, em troca, outro por outro partido, sem que isso tenha a ver com a representatividade que estas personalidades deveriam ter.

Nós temos que analisar vários destes aspectos para dar a dignidade necessária e precisa a esse órgão da magistratura da imprensa e da comunicação social que é o Conselho da Comunicação Social.

Naturalmente, há outros aspectos a rever, como a própria forma como se compatibiliza a existência do Conselho de Imprensa com o do Conselho da Comunicação Social, a demarcação das respectivas atribuições e competências, o que é que é reservado para o Conselho da Comunicação Social; por que é que o Conselho de Imprensa não tem sede constitucional, por que é que o Conselho da Comunicação Social julga que é um órgão de primeira e o Conselho de Imprensa é um órgão de segunda, quando o Conselho de Imprensa reflecte muitíssimo melhor a opinião pública do que o Conselho da Comunicação Social — pela sua própria composição em que intervêm personalidades e órgãos da mais variada natureza; o que não se verifica no Conselho da Comunicação Social.

Todos esses aspectos merecem um exame atento, desapaixonado e imopolítico, no sentido de não politizado, para a verdadeira delimitação dos dois órgãos e das suas competências.

Voltando outra vez ao tema da «libertação» dos jornalistas, direi que é preciso rever a situação. E, Sr. Presidente, falo, hoje, não como deputado mas como advogado. Já vou, Sr. Presidente, no 113.º julgamento de crimes de abuso de liberdade de imprensa, nos quais 98 vezes os jornalistas foram absolvidos por total falta de qualquer injúria ou qualquer difamação.

E, se nós lermos os relatos dos jornais, verificamos que quem tem tomado nas suas mãos a Lei de Imprensa é a nossa magistratura de primeira e segunda instâncias — trata-se de processos correacionais que raramente chegam ao Supremo — e é a primeira a pedir que, pelo menos estes aspectos de injúria e difamação através de órgãos de comunicação social, sejam revistos de modo a libertar os tribunais de um serviço que não lhes compete fazer, que só prejudica a sua imagem e que também prejudica o serviço dos nossos jornalistas.

Saber que um jornalista tem que passar de oito a dez dias sem nada fazer a ouvir as testemunhas de acusação e de defesa, a frequentar os gabinetes dos advogados,

só porque há quatro, cinco ou seis anos pronunciou uma frase ou um parágrafo que um órgão de soberania tomou como ofensivo, quando o não foi, não se pode, de facto, tolerar num Estado de direito, num Estado democrático — onde, pelos vistos, ainda falta a mentalidade democrática e ainda há totalitarismo quanto à prática de cada órgão de soberania que se julga senhor dos seus actos e não gosta de ver o seu nome nos jornais, como objecto da mínima crítica.

Sr. Presidente, a V. Ex.<sup>a</sup>, que tem tomado várias iniciativas no sentido de restabelecer o respeito pelos jornalistas, pelos órgãos que controlam e que disciplinam a comunicação social em Portugal, peço que empreste o seu labor e a sua inteligência para que, rapidamente, a legislação principal sobre comunicação social seja revista para o bem dos nossos jornalistas.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Como o Sr. Deputado Sousa Pereira prescinde do uso da palavra, concedê-la-ia, para formular um pedido de esclarecimento, ao Sr. Deputado Raul Rêgo. Contudo, devo dizer-lhe que nem o Sr. Deputado Narana Coissoró tem tempo para responder nem V. Ex.<sup>a</sup> tem tempo para formular o pedido de esclarecimento — os respectivos grupos parlamentares já esgotaram o tempo que lhes pertencia.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Dinah Alhandra.

A Sr.<sup>a</sup> Dinah Alhandra (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas fazer um lamento, porque apesar dos esforços que fiz — «avançando até uma bancada» — para colocar uma questão ao Sr. Deputado Raul Junqueiro a Mesa não registou esse meu pedido de palavra.

Aliás, apenas queria perguntar ao Sr. Deputado Raul Junqueiro, que, ao falar da comunicação social estatizada, se referiu a ela como um anseio das populações, qual a fonte a que ele teria ido buscar essa conclusão. Mas isso ficará para uma próxima ocasião.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, ficou registado o lamento.

*Risos.*

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, o Sr. Deputado Narana Coissoró não tem tempo para responder.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, nós damos 30 segundos, pois temos que ser parcões nas nossas doações.

*Risos.*

O Sr. Presidente: — Assim sendo, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Narana Coissoró, V. Ex.<sup>a</sup> manifestou surpresa e, inclusivamente, classificou a frequência com que o Sr. Primeiro-Ministro tem aparecido na televisão como sendo manipulação ou pelo menos uso abusivo.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Parecido, mas não tanto!

O Orador: — Não achou V. Ex.<sup>a</sup> que é excessiva a frequência com que o Sr. Primeiro-Ministro tem aparecido na televisão?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Isso sim, Sr. Deputado!

O Orador: — Assim sendo, o meu pedido de esclarecimento é sobre esse seu entendimento.

Por que é que há-de ser excessivo? Não considera que as declarações do Sr. Primeiro-Ministro de Portugal são um acontecimento informativo? Não considera que as tomadas de posição do Sr. Primeiro-Ministro de Portugal são um acontecimento informativo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

*Risos.*

O Orador: — Pergunto-lhe mais, Sr. Deputado: o CDS não acabou de fazer um congresso? Imagine o Sr. Deputado que o CDS fazia congressos todos os dias. Estou convencido de que o congresso do CDS apareceria todos os dias na televisão, se isso acontecesse.

*Risos.*

Portanto, Sr. Deputado, porquê essa sua apreciação crítica sem fundamento?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Deputado, o que eu quero evitar é que o Sr. Primeiro-Ministro considere toda a sua actuação com uma actuação perante o congresso que é o País.

Em segundo lugar, devo dizer que vivi alguns anos na Inglaterra, vi vários primeiros-ministros, gostava de ver todos os dias os noticiários da BBC e, apesar de a Inglaterra ser uma grande potência, apesar de os primeiros-ministros ingleses terem feito muito mais coisas do que as que o nosso primeiro-ministro está a fazer neste país, não vi, com tanta frequência, os primeiros-ministros a aparecerem nos telejornais como o Primeiro-Ministro aparece nos telejornais em Portugal. Creio que também noutras países europeus, onde nós estamos integrados, o primeiro-ministro não aparece com tanta frequência nos telejornais como aqui em Portugal.

Isto não tem nada que ver com manipulação. Não empreguei esta palavra, não a empregarei e não julgo que o aparecimento do Sr. Primeiro-Ministro nos telejornais seja manipulação. O que eu disse foi que é um excesso de «aparição».

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como não há mais inscrições, restam apenas três intervenções, que são as chamadas declarações finais, dos Srs. Deputados Magalhães Mota e José Manuel Mendes, que dispõem apenas de três minutos — diz-me o Sr. Secretário que o MDP/CDE dá dois minutos ao PCP —, e do Governo, que tem cinco minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, pelo meu relógio as declarações finais irão ultrapassar as 20 horas. Portanto, seria bom que ou aprovássemos um requerimento no sentido de prolongar a sessão ou chegássemos a consenso sobre a melhor forma de ultimar este debate.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para não pertermos mais tempo, pergunto se vêem alguma objecção em que se vá até final do debate sem termos que formalizar o requerimento, prolongando a sessão em cerca de vinte minutos.

Está estabelecido o consenso ou não? Se me dizem que não encerra-se a sessão às 20 horas, se não levantam objecções procedemos às declarações finais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que o PS não se inscreve para uma declaração final, pois o Sr. Presidente salientou há pouco que já não temos tempo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, isso já é do conhecimento do Plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos, para um interpelação à Mesa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, se se trata apenas de quinze minutos, não será, pelo nosso lado que a sessão não poderá ir até ao fim. Se se trata de consumir mais tempo, não poderemos dar consenso a que a sessão continue para além das 20 horas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, eu esclareci que são os Srs. Deputados Magalhães Mota e José Manuel Mendes e o Sr. Secretário de Estado que dispõem de cinco minutos para as declarações finais.

Até o problema de V. Ex.<sup>a</sup> só ter três minutos ficou esclarecido, pois V. Ex.<sup>a</sup> informou a Mesa de que o MDP/CDE daria dois minutos. Parece que todos estão esclarecidos e o Sr. Deputado António Capucho também tem cinco minutos para as declarações finais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Presidente; Srs. Deputados, gostaria, antes de mais, de salientar a importância deste debate. E penso que fazê-lo não é de nenhum modo, inútil, porque ele revela, por um lado, a atenção da Assembleia da República a um sector extremamente importante da vida portuguesa — e não é por acaso que, salvo erro, é este o primeiro debate sobre um sector da vida portuguesa que é levado a cabo nos termos deste artigo do Regimento — e, por outro lado, porque este foi um debate em que se procurou não controlar, não manipular, não dirigir, mas discutir. Creio que só por isso — quando, muitas vezes, os debates sobre a comunicação social são enviesados nesse sentido — este debate merece destaque.

De facto, não esteve em causa o uso político da comunicação social. Neste debate não procurámospropriar-nos da comunicação social e tivemos «uma coisa» que talvez mereça ser destacada e que é o pensar que a dignificação de um sector passa, em primeiro lugar, por não querer usá-lo.

Gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de começar por recordar que muitas vezes, a propósito de comunicação social, se usa uma expressão de que, pelo menos nesse sentido, não gosto muito. E digo-o porque se fala muitas vezes em quarto poder.

Direi que a expressão só tem sentido quando pressupõe, na lógica própria da separação de poderes, um poder contrapeso, força de equilíbrio, força de influência exercida também — e sublinho, também — em nome do povo ou, se quiserem, em nome do público. Só nesse sentido a expressão tem razão de ser, porque pressupõe uma comunicação social que para ser assim carece de ser independente e livre.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é inútil que nos tenhamos preocupado com toda uma série de questões que põem em causa essa liberdade e essa independência. Não é inútil que a Assembleia da República se preocupe, porque, por exemplo, os custos aumentados em relação à imprensa dificultam a publicação de jornais; porque a concentração da publicidade nos órgãos de maior difusão faz fechar os de menor difusão; porque uma imprensa de opinião perde terreno face à imprensa despolitizada; porque essa imprensa despolitizada é, muitas vezes, a imprensa neutra, cinzenta, que nada diz; porque o regime de apoio casuístico de que temos um exemplo tradicional, todos os anos e nos vários Governos — como é o caso do subsídio de papel ou do subsídio à imprensa regional — é, só por si, uma forma de gerar dependências; porque a actuação sobre as fontes de informação, quando, por exemplo, se impede o acesso dos jornalistas a alguns membros dos serviços públicos, é um processo de condicionar a informação; e porque o salário dos jornalistas, porque é insuficiente, é também um meio de criar dependências.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pensamos que a dignificação passa fundamentalmente por aqui. Pensamos que a Lei de Imprensa é, por si e no seu conjunto, uma boa lei, que precisará necessariamente de actualizações, mas os jornalistas autênticos não confundem a crítica com a injúria nem a notícia com a insinuação.

*Vozes do PRD: — Muito bem!*

O Orador: — E, se várias coisas nos preocupam, talvez as mais importantes digam respeito a duas coisas que eu resumirei terminando: primeiro, quando se extinguiu — e passo a ironia — a designação *Diário do Governo*, não pensávamo que o substituto dessa designação fosse a televisão portuguesa; segundo, quando no século passado um grande escritor — Zola — explicava que privar um povo de informação é retirar-lhe a consciência, talvez valha a pena lembrarmo-nos disso, e, fundamentalmente, lembrarmo-nos de que se o nosso tempo é tempo de informação, então, tudo o resto daí decorre — e eu acrescentaria, nesta Câmara —, mesmo a democracia.

*Aplausos do PRD e do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Mendes, para uma intervenção final.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate travado permite algumas conclusões importantes. Como salientámos, é preocupante a situação em que se encontra a comunicação social

no nosso país. Nisto convergem, em geral, os diferentes partidos, conquanto por razões incoincidentes. Entendemos que toda a degradação teve a sua alma na governação de direita; no incumprimento das normas constitucionais e legais, na desvinculação do poder político relativamente ao mais transformador e justo do projecto de 1974. Provámo-lo hoje e no passado, em sucessivas intervenções impregnadas de dados e fundamentos. Outros, porém, porfiam na inconsideração da génese dos problemas e no ataque sem tréguas ao sector público, cuja destruição constituiria o alfa e o ómega da perfeição futura.

Os fogosos arautos da reprivatização foram já — impõe-se lembrá-lo — gestores e responsáveis pelos órgãos que querem enfraquecidos e liquidados. Demonstraram, então, à saciedade, dois teoremas principais: que são incapazes de realizar um programa de qualidade, ao contrário do que propalam, de forma insana, e que aproveitaram a sua passagem pelos aludidos cargos e funções para desvitalizar, desacreditar e corroer as empresas públicas, em nome do messianismo privatista, que nunca foi mais do que uma mistificação grosseira.

Com efeito, os reivindicadores da imprensa, da rádio e da televisão nas mãos de uns quantos grupos económicos, mais ou menos obscuros, foram os obreiros do que criticam. Basta ponderar, a título ilustrativo, no caso da RTP. Já nem refiro essa lástima inadjectivável que é, em geral, a informação, com destaque para o telejornal dos sábados, bem capaz de garantir lugar no guiness do pirosmo decadente. Ou o espaço dedicado à CEE, tão primário que suscita o riso e a ira, consoante as disposições e os temperamentos de cada um. Aludo, sobretudo, à promoção das indigências: as séries onde abunda o privilégio do ódio e da violência; os telediscos das multinacionais, embotadores de sensibilidades e afrontosos da criatividade popular portuguesa; o torpor das telenovelas; as peças americanas de quinta ou sexta categoria, a pretexto de tudo e de nada. Vale a pena recordar Raul Solnado e uma sua entrevista recente, onde, entre outras propostas justas, advogava um muito maior recurso à produção nacional. Considerando o quadro presente, dizia ele: «Se a minha pátria é a língua portuguesa, então, a televisão é estrangeira.»

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pertinente libelo, Srs. Deputados, que bem assenta aos que, por mágicas artes, prometem o país das maravilhas para o dia em que se entoar o *requiem* para a RTP/empresa pública que eles denegriram e envileceram. Só que esse dia não virá como almejam. A RTP não tem que ser o que é; a comunicação social estatizada não estará eternamente sujeita aos ditames da manipulação desenfreada. É possível e é imperativo que seja o centro polarizador das actividades relevantes dos Portugueses, a imagem da imaginação, da força criativa, da cultura radicular do nosso povo, o espaço plural onde cabem as múltiplas opções estéticas dos escritores e artistas, as posições autónomas das organizações políticas, os valores democráticos da liberdade e da paz.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Para tal, impõe-se mudar os caminhos. Em vez de incumpridos acordos de saneamento económico e financeiro, exigem-se adequadas medidas de erradicação do passivo e potenciação dos planos de renovação; em lugar de gestores, no geral apontados em desviar o serviço público, há que escolher personalidades sintonizadas com a indispensabilidade e a proeminência do sector empresarial do Estado; ao contrário das perseguições a jornalistas competentes e isentos e do prémio ao espírito de rotina, é imperioso o investimento sem peias na convivialidade, no engenho e na inovação. Talhem-se regras precisas, por forma a impedir o arbítrio, a gula hegemónizadora, a repartição partidária de postos e prebendas. Realize-se a Constituição da República e, sem dúvida, outro galo cantará. Se isso se não fizer, o pântano continua, e é nele que os alicerçadores de miragens de má fé, mas extenso proveito próprio, melhor prosseguem os seus obscuros fins.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Aflorei, há momentos, a condenação deste panorama, em interpelação ao Sr. Secretário de Estado. Ao não replicar à argumentação aduzida, o Governo confirma a amplitude da crítica. Ou, então, revela-se conivente, o que será pior. Enquanto a política para a comunicação social preferir as decisões pontuais, na generalidade inacolhíveis, e acertar pela agulha da pulverização do sector público como único norte magnético, tudo irá mal, os proclamados objectivos modernizadores apenas recuperarão a ganga mais puída do passadismo, as intenções de diálogo e abertura não ultrapassarão o discurso perimido do impositivismo.

Foram enunciadas, no curso da discussão, as precações, as omissões, os erros. Não faz sentido que, face ao melindre da problemática, o Executivo persista em estabelecer parâmetros à revelia da Assembleia da República...

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... esquecendo que aqui existem, em diversas matérias nevrálgicas, volições que maioritariamente os contestam. Ao invés da violação ou do desconsiderar dos preceitos constitucionais, deveriam os governantes responsáveis pela tutela agir no sentido da reposição da legalidade, da criação de condições para o correcto exercício da profissão de jornalista e para a salvaguarda do pluralismo, da independência e do mérito qualitativo nos órgãos públicos da imprensa escrita, da rádio e televisão, atalhando às urgências com a mão certa do médico que visa o restabelecimento da saúde abalada e nunca com o cutelo frio do açougueiro. Ao eleger a displicência e o afrontamento institucional como estilo, o Governo, sobre não ser original, estiolará na sua fraqueza, no seu inesgotável isolacionismo.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A Assembleia da República, por seu turno, tendo na mesa do processo legislativo projectos de assinalável alcance, não renunciará às suas prerrogativas, competências e obrigações. Deu sinais clarividentes de não acolitar o Governo na sua cruzada. E, sendo esta uma outra e inarredável ilação a retirar das

horas que vão corridas, é ocasião para afirmar que a iniciativa da ordem de trabalhos valeu a pena. O que é síntese bastante para quem, como nós, comunistas, se não dispõe a cruzar os braços quando os perigos rondam.

*Aplausos do PCP, do PS, do PRD e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No encerramento deste debate, aliás inconclusivo por natureza, algumas breves considerações.

Desde logo para reconhecer que, apesar de duvidosa oportunidade, a importância do sector em causa justificou que a Assembleia lhe dedicasse a reunião de hoje, requerida pelo Partido Renovador Democrático. Da generalidade das intervenções resulta uma maior clarificação das posições de cada grupo parlamentar e do próprio Governo.

De resto, na Assembleia da República estão em curso de apreciação vários projectos e propostas de lei sobre áreas concretas da comunicação social. Uma comissão eventual estuda a abertura da televisão à iniciativa privada, com base numa proposta do Governo. Amanhã debateremos aqui o problema da alienação do património do Estado em empresas públicas de comunicação social. Em sede de especialidade encontram-se diplomas já aprovados na generalidade sobre a independência da informação. Finalmente, aguardam agendamento várias iniciativas do Governo e dos grupos parlamentares sobre o exercício da actividade de radiodifusão, sobre o licenciamento de estações emissoras de radiodifusão e ainda sobre o direito de resposta por parte da oposição.

No início deste debate o Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos considerou que, no domínio da comunicação social, a situação com este Governo não piorou mas também não melhorou. Com o devido respeito, há aqui, no mínimo, uma flagrante injustiça.

A situação já melhorou, por exemplo, quanto à independência e isenção da informação produzida pelos órgãos de comunicação social estatizados, designadamente da televisão. Mas não só nós o constatamos. De facto, também um insuspeito director de um prestigiado...

*Risos do PS.*

O Orador: — Esperava que os sorrisos viessem de todo o lado menos da bancada do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

O Sr. Narrana Coissoró (CDS): — Lá isso é verdade!

O Orador: — ... matutino de uma empresa pública afirmou que, com este Governo, tinham cessado as ingerências no seu jornal por parte do Executivo.

Já melhorou, também, socorrendo-me dum facto recente, quando a oposição teve acesso à televisão para exercer o direito de réplica política prevista na Constituição, mas ainda apenas regulamentado para as Regiões Autónomas.

Já melhorou também em muitos outros aspectos, e vai melhorar face às medidas estruturais que esta Assembleia e o Governo têm previstas ou já em debate,

no pressuposto de que todas se dispõem de preconceitos ideológicos e se abram à saudável necessidade de libertação da sociedade e da inserção no espaço europeu em que nos integramos.

Mas também as medidas anunciadas hoje pelo Sr. Secretário de Estado — cuja bondade parece ser reconhecida pelas oposições, já que não as contestaram — indiciam que também por aqui a situação vai melhorar.

Refiro-me, designadamente, às novas regulamentações sobre o subsídio ao papel e ao sistema de porte pago, a medidas de apoio à imprensa regional e a iniciativas viradas para a formação profissional dos jornalistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros: A minha colega de bancada Margarida Borges de Carvalho teve oportunidade de expor neste debate as posições de fundo defendidas pelo PSD quanto à comunicação social.

Mais nada tenho a acrescentar, neste momento, para além de lembrar que, sendo ao Governo que compete governar em cumprimento do programa viabilizado nesta Câmara, aqui estaremos; no que compete à Assembleia da República, empenhados em todas as iniciativas que concorram para a melhoria da situação do sector e para a dignificação de todos quantos nele trabalham.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta minha intervenção final as minhas palavras vão para fazer um solene desmentido relativamente a uma afirmação produzida pelo Sr. Deputado Jorge Lemos e que, pela gravidade que possui, não pode deixar de ser neste momento desmentida.

Contrariamente ao que afirmou o Sr. Deputado Jorge Lemos, é totalmente falso e inverídico que tenha sido sonegado à imprensa regional o direito ao subsídio do papel, pelo menos nos dois últimos trimestres de 1985.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — A prová-lo, Sr. Secretário de Estado, tenho ofícios assinados por si!

O Orador: — É totalmente falsa esta afirmação, que pode, de resto, ser facilmente comprovada. Gostaria, contudo, de dizer a esse respeito o seguinte: não só é totalmente verdadeiro que o subsídio de papel relativamente ao ano de 1985 foi atribuído à imprensa regional como foi este Governo que, através do orçamento suplementar para 1985, fez nele incidir a verba necessária e indispensável, corrigindo, assim, o lapsó do anterior Governo, que se tinha esquecido de inscrever no orçamento ordinário para o ano de 1985 a verba correspondente.

Aqui fica o desmentido, a correção que se impõe a fazer!

Vozes do PSD: — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deste debate resulta uma conclusão segura e inevitável para o Governo. Face às várias intervenções aqui produzidas, face às várias declarações aqui feitas, apenas tiro uma conclusão: o sector da comunicação social está em crise e os problemas são de profunda preocupação.

Portanto, muito há a fazer neste sector, sobretudo em termos estruturais e de medidas de fundo, porque penso que todos estaremos de acordo em que as medidas pontuais e casuísticas não passarão, a prazo, de meros paliativos que acabam por não resolver nenhum dos principais problemas que afectam o sector.

O Governo, embora, como é natural, não tenha responsabilidade neste estado de coisas, tem, todavia, a obrigação, por exigências da governação e de apego ao interesse nacional, de pugnar pela resolução desses problemas, de tomar as medidas e de desencadear as iniciativas legislativas, em colaboração e no âmbito da correlação de poderes entre o Governo e esta Assembleia, para que os principais problemas do sector, sobretudo em termos estruturais, possam começar a ser resolvidos. É o que o Governo tem feito nestes primeiros meses da sua actividade.

As iniciativas produzidas e as medidas tomadas são a demonstração clara e inequívoca de que, por este lado, o Governo tem pautado a sua acção.

Recordaria apenas aqui as iniciativas desencadeadas em matéria de televisão, concretamente em matéria de abertura da televisão a operadores não estatais; a proposta de lei de radiodifusão, já apresentada a essa Assembleia, e o compromisso de, a curto prazo, apresentar aqui, como sequência desse diploma, a nova lei de licenciamento de estações emissoras; o início do debate entre as duas agências, tendo em vista a reorganização do sector, com vista, neste particular, através do diálogo, à aproximação e com a participação dos trabalhadores, ao encontro de uma solução mais rentável e que, de facto, venha ao encontro das reais preocupações nesta matéria; e as iniciativas e estudos em curso em matéria de imprensa escrita e, sobretudo, na perspectiva do cumprimento dos objectivos definidos no Programa do Governo.

Todas estas medidas e iniciativas, a que acrescem aquelas que aqui apontei hoje e que, naturalmente, são insuficientes face aos problemas que o sector atravessa neste momento, são, todavia, medidas importantes em três aspectos essenciais: apoio às empresas jornalísticas, apoio à formação e reciclagem dos profissionais de informação em Portugal e apoio, também justo e merecido, à imprensa regional deste país. Tudo isto demonstra a grande vontade que o Governo tem de contribuir para a resolução dos problemas no âmbito da comunicação social.

No entanto, tal não significa — bem pelo contrário — que não tenhamos a preocupação de, ao nível do serviço público existente, contribuir para a melhoria da sua qualidade e, consequentemente, do serviço que presta ao país. E, concretamente, em matéria de radiotelevisão, para além da constatação que nos parece, aos olhos de todos, uma evidência, em termos do serviço de informação já produzido, gostaria de reafirmar aqui que, também em matéria de programação — e algumas das preocupações aqui apontadas nesse sentido têm a sua pertinência —, importa sublinhar que é preciso algum tempo, mas que, a partir de Outubro próximo, uma nova programação estará ao serviço da

RTP e, consequentemente, ao serviço do País. Assim, pensamos que, a partir daí, os valores culturais, os valores nacionais, serão eminentemente salvaguardados.

O Governo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está, com esta acção, a cumprir o seu Programa e orgulha-se de poder dizer, nesta Assembleia e fora dela, que não tem, minimamente, manipulado a informação e que, ao contrário do que se passou em tempos não muito distantes, não há um único jornalista neste país que possa dizer ter sofrido pressões por parte do Governo para este ou para aquele efeito. Todavia, muito poucos Governos poderão dizer o mesmo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta, como noutras áreas da governação, o Governo tem uma preocupação fundamental: a de servir o interesse nacional e a de prosseguir no cumprimento dos objectivos defendidos e delineados no seu Programa. Trata-se, de facto, de levar à prática o seu Programa, os objectivos apontados e as medidas ali delineadas. Esta é a nossa profunda preocupação, por estarmos cientes de que, dessa forma, serviremos o interesse nacional.

Exigir o contrário deste Governo seria politicamente inaceitável, eticamente inadmissível e seria, seguramente, prestar um mau serviço ao país. Isso é que seria, certamente, motivo para uma crítica justa e legítima desta Assembleia.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Sr. Presidente, muitas das considerações do Sr. Secretário de Estado mereceriam reparo, mas não quero fazê-lo neste momento.

Intervenho apenas para solicitar ao Sr. Presidente que faça publicar em anexo ao *Diário* desta sessão os dois documentos que vou entregar na Mesa e que demonstram, à evidência, que a afirmação que fiz é verdadeira e que são falsas as palavras do Sr. Secretário de Estado. São dois documentos que estão assinados pelo chefe da Repartição de Apoio aos Órgãos de Informação, dependente da Presidência do Conselho de Ministros, Direcção-Geral da Comunicação Social. Tenho aqui os exemplares e posso distribuí-los se o Sr. Secretário de Estado quiser.

Ler-lhe-ia rapidamente, uma vez que a hora já vai longa, o seguinte: «Em referência ao requerimento de 27 de Novembro de 1985, informo essa publicação de que o pedido de subsídio de papel referente ao 3.º trimestre de 1985 foi indeferido por despacho do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares a 5 de Março de 1986, nos termos das alíneas [...]» — vem incompleto — «[...] do despacho conjunto de 2 de Abril de 1985, por divergência de periodicidade com a inscrita nos registos dos SRIP — Direcção-Geral de Comunicação Social».

Isto, Sr. Secretário de Estado, é o que consta e, de facto, vários órgãos de comunicação social não receberam o subsídio de papel referente aos terceiro e quarto trimestres de 1985.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário de Estado.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta situação é perfeitamente clara.

**O Sr. Presidente:** — V. Ex.<sup>a</sup> pretende ver o documento, Sr. Secretário de Estado?

**O Orador:** — Não, Sr. Presidente, não é necessário. A afirmação feita pelo Sr. Deputado, na intervenção que referi, é — cito — a seguinte: «Apesar das promessas agora feitas pelo Sr. Secretário de Estado, a imprensa regional viu sonegado o direito à atribuição do subsídio de papel, pelo menos nos dois últimos trimestres de 1985.» Esta é a afirmação feita, esta foi a intervenção que desmenti e desminto de uma forma categórica.

Gostaria de dizer que o subsídio de papel, relativamente aos quatro trimestres de 1985, foi atribuída a todas as publicações que o requereram e que tinham direito a ele, quer publicações de imprensa nacional quer de imprensa regional. É totalmente diferente aquilo que o Sr. Deputado agora aponta, porque naturalmente uma coisa é a atribuição do subsídio de papel em geral e outra coisa é saber se o jornal A, B ou C em particular tem ou não direito face à legislação em vigor.

Gostaria de informar também a Câmara que, contrariamente ao que se passava em 1985, o número de jornais requerentes cujos pedidos foram indeferidos por não terem cumprido as exigências legais foi um número mínimo, numa média de cerca de vinte publicações da imprensa regional, quando no mesmo âmbito mais de 200 publicações foram beneficiadas. Também ao nível da imprensa nacional, um ou outro jornal não recebeu o referido subsídio — foi indeferido o pedido —, mas por razões de incumprimento da legislação e porque este Governo também não concordava com algumas das exigências contidas na regulamentação actualmente em vigor, designadamente aquela que afectou algumas publicações, e que tem a ver com a exclusão das publicações cujos directores tenham sido judicialmente condenados — é concretamente o caso de *O Diário*. Por isso, este Governo alterou essa regulamentação, vai fazer publicar dentro de dias uma nova medida, e por isso também, neste âmbito, a transparência de atitudes e de processos é clara e evidente.

Tudo o que em contrário se diga não passa de manobra que não pode ser bem intencionada.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a reunião de amanhã inicia-se às 10 horas, com período de antes da ordem do dia.

Temos como período da ordem do dia a continuação da apreciação dos projectos de lei sobre consultas directas aos cidadãos eletores; a avocação ao Plenário da ratificação n.º 47/IV e a respectiva votação final global; a apreciação da proposta de lei n.º 17/IV, sobre tribunais marítimos, e ainda o projecto de lei n.º 152/IV, sobre a alienação de bens do Estado a empresas públicas de comunicação social.

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar por hoje, declaro encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 30 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Alberto Monteiro Araújo.

António Manuel Lopes Tavares.

Arménio dos Santos.

Belarmino Henriques Correia.

Carlos Alberto Pinto.

Fernando José Russo Roque Correia Afonso.

Licínio Moreira da Silva.

**Partido Socialista (PS):**

António José Sanches Esteves.

João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.

José Apolinário Nunes Portada.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

Ana da Graça Gonçalves Antunes.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Carlos Alfredo de Brito.

Jorge Manuel Lampreia Patrício.

José Rodrigues Vitoriano.

Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.

**Centro Democrático Social (CDS):**

José Luís Nogueira de Brito.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Arménio Jerónimo Martins Matias.

José Júlio Vieira Mesquita.

José Luís Bonifácio Ramos.

Manuel da Costa Andrade.

Manuel Joaquim Dias Loureiro.

Maria Antonieta Cardoso Moniz.

Mário Júlio Montalvão Machado.

Reinaldo Alberto Ramos Gomes.

Rui Manuel Parente Chancerelle Machete.

**Partido Socialista (PS):**

António de Almeida Santos.

António Gonçalves Janeiro.

António Miguel Moraes Barreto.

Armando António Martins Vara.

Armando dos Santos Lopes.

João Cardona Gomes Cravinho.

José Luís do Amaral Nunes.

José Manuel Torres Couto.

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.

Rui Fernando Pereira Mateus.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

António Magalhães de Barros Feu.  
Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho.  
Jaime Manuel Coutinho da Silva Ramos.  
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Carlos Campos Rodrigues Costa.  
Domingos Abrantes Ferreira.  
Joaquim Gomes dos Santos.  
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

**Centro Democrático Social (CDS):**

António Bernardo Lobo Xavier.  
António José Tomás Gomes de Pinho.  
António Vasco Mello César Menezes.  
Henrique José Pereira de Moraes.  
João Gomes de Abreu de Lima.  
Joaquim Rocha dos Santos.  
Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.

**OS REDACTORES:** *José Diogo — Maria Leonor Ferreira.*

**PREÇO DESTE NÚMERO 133\$00**

*Depósito legal n.º 8818/85*

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.



**PORTE  
PAGO**